DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA • PR
Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal|
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaíva.pr.gov.br | Jaguariaíva, 29 de outubro de 2026 | 10 Páginas / Ano 10 / Edição nº 1113

DECRETOS

DECRETO n.º 794/2026

Súmula: Institui os modelos padronizados de Documento de Oficialização da Demanda DOD, Estudo Técnico Preliminar ETP e Termos de Referência TR, complementares ao Decreto Municipal n.º 781, de 14 de maio de 2025, e disciplina sua utilização no âmbito da Administração Pública Municipal.

.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, das atribuições que lhe conferem o art. 67, incisos X, XI e XXIV, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos arts. 4º e 10, inciso VI, do Decreto Municipal nº 781, de 14 de maio de 2025, e o que consta do Protocolo Geral n.º 13016/2026,

Considerando que a Lei Federal n.º 14.133, de 2021, determina a instituição de modelos padronizados de termos de referência e de outros documentos, com o auxílio do órgão de assessoramento jurídico e do controle interno;

Considerando que o Decreto Municipal n.º 781, de 2025, é o regulamento geral das licitações e contratações do Município, ao qual os modelos padronizados devem se conformar;

Considerando a necessidade de conferir uniformidade, eficiência, transparência, segurança jurídica e qualidade à instrução dos processos de contratação;

DECRETA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Município de Jaguariaíva, os seguintes modelos padronizados de documentos da fase preparatória das contratações públicas:

I. Documento de Oficialização da Demanda – DOD, correspondente ao documento de formalização de demanda previsto na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, constante do Anexo I;

II. Estudo Técnico Preliminar – ETP, constante do Anexo II;

III. Termo de Referência – TR para aquisição de bens por pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços, constante do Anexo III;

IV. Termo de Referência – TR para serviços comuns não contínuos, constante do Anexo IV;

V. Termo de Referência – TR para serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, constante do Anexo V;

VI. Termo de Referência – TR para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, constante do Anexo VI;

VII. Termo de Referência – TR para contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, constante do Anexo VII.

Art. 2º Este Decreto complementa o Decreto Municipal n.º 781, de 14 de maio de 2025, cujas disposições prevalecem em caso de divergência.

Parágrafo Único. Aplicam-se a este Decreto as definições previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no art. 3º do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

Art. 3º A utilização dos modelos padronizados é obrigatória nos processos de contratação regidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, inclusive nas contratações diretas, ressalvadas:

I. as hipóteses em que a Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou o Decreto Municipal n.º 781, de 2025, dispensarem a elaboração do documento;

II. as obras e os serviços de engenharia, quanto aos documentos técnicos próprios;

III. as contratações de tecnologia da informação que demandem modelo específico;

IV. as situações em que a natureza ou a complexidade do objeto exigir modelo próprio, mediante justificativa prévia nos autos.

§1º A obrigatoriedade prevista no *caput* aplica-se às demandas formalizadas a partir da data prevista no art. 34.

§2º A adoção dos modelos não dispensa o preenchimento de todos os campos aplicáveis nem a adaptação do conteúdo às particularidades do objeto, com justificativa nos autos.

§3º O campo que não se aplicar deverá ser preenchido com a expressão "Não se aplica", acompanhada da respectiva justificativa, vedada a simples supressão.

§4º A marcação de opção nos modelos não substitui a motivação concreta, quando exigida.

§5º A não utilização dos modelos deverá ser justificada por escrito e juntada ao processo, nos termos do § 2º do art. 19 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§6º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, os modelos de TR não substituem o anteprojeto, o projeto básico ou o projeto executivo exigidos pela legislação.

§7º Nas prorrogações contratuais, nas adesões a atas de registro de preços e nos procedimentos auxiliares, os modelos serão utilizados no que couber, observadas as regras próprias de cada procedimento.

§8º Nas contratações custeadas, total ou parcialmente, por transferências voluntárias, serão observadas também as exigências do órgão ou entidade concedente, nos termos do parágrafo único do art. 2º do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

Art. 4º Os modelos serão disponibilizados em formato editável no sítio eletrônico oficial do Município e conterão a identificação da versão e da data de atualização.

Parágrafo Único. Será utilizada a versão vigente na data da formalização da demanda, observado o § 4º do art. 28.

Art. 5º O modelo de TR será escolhido conforme a natureza do objeto, observadas as informações constantes do DOD e do ETP.

Parágrafo Único. Para objeto não abrangido pelos modelos dos Anexos III a VII, inclusive a aquisição de bens por pregão sem registro de preços e as contratações de tecnologia da informação, será utilizado o modelo de natureza mais próxima, com as adaptações necessárias e a correspondente justificativa nos autos, até a edição de modelo específico.

CAPÍTULO II
DO DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

Art. 6º O DOD será criado pelo servidor designado para a gestão de compras de cada Secretaria, nos termos do inciso V do art. 3º do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, com as informações prestadas pela unidade demandante, e aprovado pelo titular da Secretaria ou órgão equivalente.

§1º A unidade demandante responde pelas informações relativas à necessidade, aos quantitativos e às especificações que fornecer.

§2º Quando o objeto envolver especificação técnica relevante, participará da elaboração do DOD e o subscreverá servidor com conhecimento técnico compatível com a contratação.

Art. 7º Além dos elementos exigidos pelo inciso V do art. 3º do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, o DOD conterá, no mínimo:

I. identificação do órgão requisitante, da unidade demandante e do responsável pela demanda;

II. descrição sucinta do objeto e de sua natureza;

III. justificativa da necessidade, com indicação do problema a ser resolvido e das consequências do não atendimento;

IV. quantidade estimada e indicação preliminar da forma de cálculo;

V. data em que o bem ou o serviço deve estar disponível e o motivo da data;

VI. grau de prioridade;

VII. indicação de contratações correlatas ou interdependentes;

VIII. indicação da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual ou justificativa para sua ausência;

IX. estimativa preliminar do valor;

X. origem dos recursos;

XI. indicação preliminar e não vinculante da forma de contratação;

XII. declaração do setor técnico demandante sobre a natureza comum ou especial do objeto, nos termos do § 2º do art. 54 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025;

XIII. indicação dos servidores que integrarão a equipe de planejamento, quando houver ETP;

XIV. indicação preliminar do gestor e dos fiscais, quando possível.

Parágrafo Único. Os documentos que integram o DOD como anexos, na forma do inciso V do art. 3º do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, serão juntados ao processo à medida que forem produzidos.

Art. 8º A demanda não prevista no Plano de Contratações Anual somente prosseguirá mediante justificativa da autoridade competente, sem prejuízo da observância das Leis orçamentárias e dos arts. 6º e 7º do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

CAPÍTULO III
DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 9º O ETP será elaborado na forma do § 1º do art. 11 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, pela equipe de planejamento designada pelo titular da Secretaria demandante ou, nos objetos de uso geral, pelo Superintendente de Governança em Aquisições e Contratações, observado o art. 8º do mesmo Decreto.

Art. 10. O ETP observará o art. 13 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, e conterá, em complemento aos elementos do § 1º daquele artigo, os elementos previstos no § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§1º São obrigatórios os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§2º A ausência dos demais elementos será expressamente justificada no próprio ETP.

Art. 11. A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, prevista no inciso X do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, integrará a fase preparatória e poderá ser simplificada nas contratações de menor complexidade, ressalvada a facultatividade prevista no art. 93 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

Parágrafo Único. A análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos de que trata o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, exigida quando for o caso.

Art. 12. A dispensa da elaboração do ETP observará as hipóteses do § 3º do art. 13 e do art. 93 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

§1º A dispensa do ETP não afasta o DOD, a definição suficiente do objeto, a estimativa da despesa, a justificativa da necessidade, dos quantitativos e do preço, nem os documentos exigidos pelo art. 72 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e não impede que a autoridade competente exija sua elaboração em razão da complexidade do objeto.

§2º Na hipótese do inciso I do § 3º do art. 13 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, o processo demonstrará:

I. nas prorrogações, a manutenção da necessidade, a vantajosidade da prorrogação, a compatibilidade dos preços com o mercado, a disponibilidade orçamentária, a regularidade da execução e a inexistência de solução mais vantajosa;

II. nas novas contratações, os elementos obrigatórios referidos no § 1º do art. 10, que constarão do TR.

§3º Na hipótese do inciso II do § 3º do art. 13 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, será juntado aos autos o plano de trabalho aprovado pelo concedente.

§4º Nas contratações emergenciais, o ETP exigido pelo § 2º do art. 13 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, poderá ser elaborado de forma simplificada, desde que demonstre a urgência, a necessidade, a adequação da solução, os quantitativos limitados ao necessário para o atendimento da situação e a compatibilidade do preço.

CAPÍTULO IV
DO TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 13. O TR será elaborado com base no ETP, quando houver, e conterá os elementos previstos no inciso XXIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021:

I. definição do objeto;
II. fundamentação da contratação;
III. descrição da solução como um todo;
IV. requisitos da contratação;
V. modelo de execução do objeto;
VI. modelo de gestão do contrato;
VII. critérios de medição e de pagamento;
VIII. forma e critérios de seleção do fornecedor;
IX. estimativa do valor da contratação;
X. adequação orçamentária.

Parágrafo Único. Nas aquisições de bens, o TR conterá também os elementos previstos no § 1º do art. 40 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e a justificativa do parcelamento, do agrupamento de itens ou da adoção do Sistema de Registro de Preços.

Art. 14. O TR será compatível com o DOD e com o ETP, e os elementos essenciais do ETP serão nele transcritos de forma fiel e suficiente, sem mera remissão e sem repetição de cláusulas com redações divergentes entre o ETP, o TR, o edital e o contrato.

§1º É vedada a inclusão de exigências excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que restrinjam a competição, nos termos da alínea "a" do inciso I do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§2º A natureza comum do objeto constará do TR conforme a declaração do setor técnico demandante, nos termos do § 2º do art. 54 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

§3º Nas contratações de serviços, serão observadas, conforme o caso, as regras relativas à terceirização, à fiscalização trabalhista, à repactuação, ao reajuste, à sustentabilidade e à gestão contratual, inclusive o art. 19 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

Art. 15. Nas dispensas de licitação fundadas nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a elaboração do TR é facultativa, nos termos do art. 93 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

Parágrafo Único. Não elaborado o TR, o processo conterá, no mínimo, a especificação do objeto, a quantidade, o prazo, o local de entrega ou execução, a estimativa de preço, a razão da escolha do contratado, a justificativa de preço e a indicação da dotação orçamentária.

CAPÍTULO V
DA PESQUISA DE PREÇOS E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Art. 16. A estimativa preliminar constante do DOD não substitui a pesquisa de preços, realizada nos termos do art. 23 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do art. 94 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, e do Decreto Municipal n.º 628, de 2024.

§1º A pesquisa de preços identificará o responsável por sua realização, juntará as fontes consultadas e justificará a escolha dos fornecedores consultados.

§2º É vedada a adoção de orçamento sigiloso quando o critério de julgamento for o de maior desconto, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Art. 17. A não aplicação da participação exclusiva, da cota reservada ou da prioridade local ou regional, bem como a alegação de inexistência de 3 (três) fornecedores competitivos, serão motivadas com dados concretos nos autos, nos termos da Lei Municipal n.º 3.042, de 2025, e do art. 52 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

Parágrafo Único. Os benefícios de que trata este artigo observarão os limites dos §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, considerando-se o valor anual nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano.

CAPÍTULO VI
DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS POR DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR

Art. 18. Nas contratações fundadas nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a aferição dos limites observará o art. 92 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

§1º O Departamento de Compras e Licitações certificará nos autos, antes da autorização da contratação, o resultado da aferição, com base no histórico de empenhos do exercício no respectivo desdobramento do elemento de despesa.

§2º É vedado o fracionamento da despesa para enquadramento nos limites legais da dispensa.

§3º O processo de contratação direta observará os documentos exigidos pelo art. 72 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e pelo art. 91 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025.

Art. 19. O Anexo VII será utilizado exclusivamente nas contratações diretas por dispensa em razão do valor e não se aplica:

I. às licitações;
II. às inexigibilidades;
III. às demais hipóteses de dispensa;
IV. às obras e aos serviços de engenharia;
V. aos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;
VI. às contratações de tecnologia da informação que exijam modelo específico;
VII. às pequenas compras e aos serviços de pronto pagamento disciplinados pelo Decreto Municipal n.º 965, de 2025.

Art. 20. A dispensa dos documentos de habilitação admitida pelo art. 97 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, não alcança a prova de regularidade perante a seguridade social, exigida pelo § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

Art. 21. O ato que autoriza a contratação direta e o extrato do contrato ou instrumento equivalente serão divulgados na forma dos arts. 14 e 99 do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas, cuja divulgação é condição de eficácia do contrato, nos termos do inciso II do art. 94 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CAPÍTULO VII
DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 22. A adoção do Sistema de Registro de Preços em contratação direta observará os arts. 86, 90 e 102, § 2º, do Decreto Municipal n.º 781, de 2025, e dependerá de:

I. justificativa expressa quanto à necessidade, aos órgãos ou entidades atendidas, à compatibilidade com o § 6º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e à vigência da ata e dos contratos decorrentes;

II. manifestação jurídica prévia da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos.

Art. 23. A adoção do Sistema de Registro de Preços para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra dependerá de justificativa específica no ETP quanto:

I. à incerteza da demanda e à possibilidade de contratação futura;
II. à ausência de obrigação de contratar;
III. à compatibilidade entre os postos registrados e a demanda variável;
IV. à preservação dos direitos trabalhistas e dos mecanismos previstos no § 3º do art. 121 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V. à metodologia de formação de preços com base no instrumento coletivo aplicável;
VI. à vigência dos contratos decorrentes.

CAPÍTULO VIII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 24. Compete aos agentes responsáveis pela elaboração do DOD, do ETP e do TR:

I. assegurar a veracidade das informações;
II. observar a legislação, o Decreto Municipal n.º 781, de 2025, e os modelos padronizados;
III. garantir clareza, completude e consistência dos documentos;
IV. assegurar a compatibilidade entre os documentos do processo;
V. justificar as escolhas técnicas e administrativas;
VI. responder pelas informações, quantitativos, estimativas e especificações que elaborarem ou subscreverem.

Art. 25. Compete ao Departamento de Compras e Licitações analisar os documentos quanto:

I. à presença dos elementos obrigatórios;
II. à regularidade formal;
III. à compatibilidade procedimental;
IV. à coerência entre os documentos;
V. à conformidade com os modelos padronizados.

Parágrafo Único. A análise do Departamento de Compras e Licitações não substitui a avaliação técnica nem a responsabilidade da unidade demandante e dos responsáveis pela elaboração dos documentos.

Art. 26. Verificadas informações insuficientes, inconsistentes, contraditórias ou incompletas, os autos serão devolvidos à unidade de origem para complementação antes do prosseguimento.

ROSANA ARAUJO LOPES:02066527980

Assinado de forma digital por ROSANA ARAUJO LOPES:02066527980
Dados: 2026.10.29 17:11:56 -03'00'

CAPÍTULO IX
DA ATUALIZAÇÃO DOS MODELOS

Art. 27. Compete à Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações, com o auxílio da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e do Controle Interno, nos termos dos arts. 4º e 10, inciso VI, do Decreto Municipal n.º 781, de 2025:

I. manter e revisar os modelos;
II. propor modelos específicos, inclusive para tecnologia da informação e para aquisição de bens sem registro de preços;
III. expedir orientações complementares, inclusive sobre a operacionalização da conta vinculada e do pagamento pelo fato gerador;
IV. promover a capacitação dos agentes públicos;
V. controlar a identificação das versões e o registro das alterações.

Art. 28. As alterações dos modelos serão acompanhadas de registro contendo a versão, a data, a descrição das modificações e o início de sua aplicação.

§1º As atualizações serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município.

§2º A atualização dos modelos não poderá alterar matéria reservada à Lei ou a Decreto.

§3º As versões atualizadas dos modelos serão aprovadas por ato do Superintendente de Governança em Aquisições e Contratações, após manifestação da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos.

§4º A nova versão aplica-se às demandas formalizadas a partir de 15 (quinze) dias de sua divulgação, mantida a versão anterior para as demandas já formalizadas.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 29. Os processos cuja demanda tenha sido formalizada antes do início da obrigatoriedade prevista no art. 34, inclusive os já autuados e ainda não publicados, poderão prosseguir com os documentos já elaborados, sem prejuízo da adaptação aos modelos instituídos por este Decreto.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações, com manifestação da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos quando houver questão jurídica relevante.

Art. 31. A Câmara Municipal poderá adotar os modelos instituídos por este Decreto, mediante ato próprio.

Art. 32. Integram este Decreto os Anexos I a VII, nas versões constantes do Protocolo Geral n.º 13016/2026.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. A obrigatoriedade da utilização dos modelos produz efeitos a partir da publicação deste Decreto.

Art. 35. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal

MARCILIO ARAUJO MOTTA JUNIOR
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

ANEXO I

ORIENTAÇÕES

✓ Texto em cor preta: texto padrão do modelo e opções a escolher.
✓ Texto em fonte vermelha com realce amarelo: campo a preencher ou orientação. Substituir pelo conteúdo da contratação ou apagar antes de enviar.
✓ Opções: manter só a escolhida, marcada com X (ou as pertinentes, se a nota do item permitir mais de uma). Apagar os subitens de opção não escolhida. A marcação de uma opção não substitui a motivação concreta, quando exigida.
✓ Nenhum outro item pode ser suprimido. Se não se aplicar, escrever "Não se aplica" e justificar em uma frase. O texto padrão pode ser adaptado ao objeto, com justificativa nos autos.
✓ A não utilização deste modelo deve ser justificada por escrito e juntada ao processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).
✓ A PARTE A é obrigatória. A PARTE B só é preenchida quando não houver ETP e TR (item 6.4); havendo ambos, apagá-la.
✓ Use sempre a versão vigente publicada no sítio eletrônico oficial do Município. Este documento: Anexo I – Modelo de DOD, versão 1.1, de __/__/2026.

EXPEDIENTE
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA
Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR
Jornalista Responsável
Superintendência Municipal de Comunicação
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
(43) 3535 9306
E-mail: comunicacao@jaguariaiva.pr.gov.br
SEGOV SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – DOD

Documento de formalização de demanda – Lei nº 14.133/2021, arts. 12, VII, e 72, I – Decreto Municipal nº 781/2025, art. 3º, V

Órgão requisitante	Secretaria Municipal de (...)
Objeto	(...) (objeto resumido, conforme o Plano de Contratações Anual)
Responsável pela demanda	(nome, matrícula, e-mail e telefone do servidor designado para a gestão de compras da Secretaria – Decreto Municipal nº 781/2025, art. 3º, V.)
Unidade demandante	(setor que identificou a necessidade e servidor de referência)
Ordenador de despesa	(nome do Secretário da pasta)

Modelo de documento de oficialização da demanda para qualquer contratação do Município. O DOD é criado pelo servidor designado para a gestão de compras da Secretaria (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 3º, V), com as informações da unidade demandante e, quando houver especificação técnica relevante, do responsável técnico. Conteúdo mínimo: art. 7º do Decreto Municipal nº __/2026.

PARTE A – NÚCLEO OBRIGATÓRIO
1. OBJETO E NATUREZA
1.1 ( ) Aquisição ( ) Contratação de (...), conforme quantidades e prazos deste documento.
1.2 Natureza do objeto: ( ) bens de consumo ( ) bens permanentes ou equipamentos ( ) serviço não contínuo ( ) serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra ( ) serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra ( ) obra ou serviço de engenharia ( ) serviço ou bem de tecnologia da informação
A natureza do objeto define o modelo de TR: bens por pregão com registro de preços, Anexo III; serviço não contínuo, Anexo IV; serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra, Anexo V; serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, Anexo VI; dispensa por valor, Anexo VII. Obras e serviços de engenharia exigem anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, que os modelos de TR não substituem. Para tecnologia da informação, até a edição de modelo específico, usar o modelo de natureza mais próxima, com as adaptações justificadas nos autos (art. 5º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº __/2026), e consultar previamente a Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações.

2. NECESSIDADE
2.1 Problema a ser resolvido e consequência do não atendimento: (...)

Descrever, em até dois parágrafos, a necessidade (o problema), e não a solução: cenário atual, quem é atendido, com números (p. ex., alunos, pacientes, veículos, unidades) e o que acontece se a demanda não for atendida. Justificativa genérica não atende ao exigido. Havendo ETP, o detalhamento fica no item 1 do ETP.

3. ITENS, QUANTIDADES E PRAZOS – ART. 3º, V, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 781/2025
3.1 Bens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	OBSERVAÇÃO
1	(...)				(...)
2					
...					

3.2 Serviços:

ITEM	TIPO DE SERVIÇO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PRAZO, INÍCIO E TÉRMINO
1	(...)		serviço, hora, m², mês...		prazo: ___ dias; início: __/__/____; término: __/__/____
2					prazo: ___ dias; início: __/__/____; término: __/__/____
...					prazo: ___ dias; início: __/__/____; término: __/__/____

Na tabela que não se aplicar, escrever "Não se aplica". Para serviços, o tipo de serviço, o prazo de execução e as datas de início e término são exigência do art. 3º, V, do Decreto Municipal nº 781/2025 e não podem ficar em branco; no serviço contínuo, início e término correspondem à vigência pretendida. Havendo muitos itens, juntar planilha e indicar aqui o anexo. Na coluna OBSERVAÇÃO dos bens, registrar informações complementares do item.
3.3 Critério do quantitativo (indicação preliminar da forma de cálculo): (...)
Uma ou duas linhas: série histórica de consumo, número de usuários, contrato anterior etc. Havendo ETP, a memória de cálculo completa fica no item 4 do ETP.

4. MOMENTO DA NECESSIDADE E PRIORIDADE – ART. 3º, V, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 781/2025
4.1 Data em que o bem ou o serviço deve estar disponível: __/__/____

4.2 Motivo da data: (...)
P. ex.: término do contrato nº (...) em (...); início do ano letivo; estoque previsto até (...).
4.3 Grau de prioridade: ( ) alta ( ) média ( ) baixa. Motivo: (...)
Campo obrigatório (art. 7º, VIII, do Decreto Municipal nº __/2026). Prioridade alta deve indicar o risco concreto do atraso.
4.4 Contratações correlatas ou interdependentes: ( ) não há ( ) há: (objeto, processo ou contrato relacionado e a relação de dependência)

5. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
5.1 Plano de Contratações Anual: ( ) a contratação está prevista no PCA de (ano), item nº (...) ( ) a contratação não está prevista no PCA; justificativa da autoridade competente: (...)
5.2 Estimativa preliminar de valor: R$ (...). Base da estimativa: (...)
Estimativa inicial, apenas para planejamento (p. ex., contratação anterior ou consulta preliminar). Não substitui a pesquisa de preços, que será feita conforme o Decreto Municipal nº 628/2024, com identificação do responsável, das fontes consultadas e da justificativa da escolha dos fornecedores, e juntada ao processo. Nomenclatura do conjunto de modelos: "estimativa preliminar" no DOD; "estimativa do valor da contratação" no ETP; "valor estimado da contratação" no TR. Se já se pretende adotar orçamento sigiloso (art. 24 da Lei nº 14.133/2021), registrar neste campo "valor em anexo classificado" e juntar a estimativa ao anexo; a decisão sobre o sigilo consta do ETP (item 6.2) ou do TR (item 9.1).
5.3 Origem dos recursos: ( ) recursos ordinários do Município ( ) fonte específica (convênio, programa ou fundo): (...). Recurso de transferência voluntária: ( ) NÃO ( ) SIM, da União ( ) SIM, do Estado ( ) SIM, de outra origem: (...)
Se o recurso for de transferência voluntária da União, a dispensa por valor deve ser eletrônica (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 100). Se for de transferência voluntária com finalidade definida, o ETP pode ser dispensado (art. 13, § 3º, II, do mesmo decreto); nesse caso, juntar aos autos o plano de trabalho aprovado pelo concedente. Conferir no convênio ou contrato de repasse se há exigência adicional (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 2º, parágrafo único).
5.4 A dotação orçamentária será indicada em parecer contábil.

6. INDICAÇÃO PRELIMINAR DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E DOS AGENTES
6.1 Modalidade ou rito pretendido (indicação preliminar e não vinculante): ( ) pregão eletrônico ( ) concorrência ( ) dispensa em razão do valor – art. 75, I ou II, da Lei nº 14.133/2021 ( ) inexigibilidade – art. 74 da Lei nº 14.133/2021 ( ) outra: (...). Registro de preços: ( ) SIM ( ) NÃO
Indicar a forma pretendida; a definição cabe ao ETP ou ao TR, na instrução do processo. Modelos disponíveis: ETP, Anexo II; TR para licitação, Anexos III a VI; TR para dispensa por valor, Anexo VII. Nas demais hipóteses, consultar a Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações.
6.2 Declaração do setor técnico demandante (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 54, § 2º): o objeto é ( ) comum ( ) especial. Obra ou serviço de engenharia: ( ) NÃO ( ) SIM
Marcar somente após avaliar o objeto concreto. Esta declaração é transcrita no item 3.2 do ETP e no item 1.3 do TR.
6.3 Fase preparatória (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 8º): ( ) objeto de uso geral da Administração, conduzida pela Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações, com o auxílio das Secretarias (§ 1º) ( ) objeto de uso específico, conduzida pelo órgão demandante, podendo a Superintendência avocá-la (§§ 2º e 3º)
6.4 Serão elaborados ETP e TR? ( ) SIM ( ) NÃO – preencher a PARTE B
6.5 Equipe de planejamento, quando houver ETP (art. 7º, XIII, do Decreto Municipal nº __/2026; Decreto Municipal nº 781/2025, art. 11, § 1º):

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	ATRIBUIÇÃO NA EQUIPE

6.6 Indicação preliminar de gestor e fiscais, quando possível (art. 7º, XIV, do Decreto Municipal nº __/2026), a serem designados por ato próprio:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Gestor		
Fiscal		
Fiscal substituto		

PARTE B – COMPLEMENTO
B.1 Justificativa detalhada: (...)
Complementa o item 2: dados quantitativos do atendimento, histórico de contratações, normas ou programas que fundamentam a demanda e por que a solução escolhida atende à necessidade.
B.2 Requisitos mínimos (toda exigência marcada "SIM" deve ser motivada):
Garantia: ( ) NÃO ( ) SIM: (qual e por quê)
Ficha técnica: ( ) NÃO ( ) SIM: (qual e por quê)
Laudo, certificado ou registro: ( ) NÃO ( ) SIM: (qual e por quê)
Amostra: ( ) NÃO ( ) SIM: (qual e por quê)
Critério de sustentabilidade: ( ) NÃO ( ) SIM: (qual e por quê)
Qualificação técnica: ( ) NÃO ( ) SIM: (qual e por quê)
Exigência sem justificativa restringe a competitividade (art. 9º, I, da Lei nº 14.133/2021).
B.3 Condições de entrega ou execução: local (...); horário (...); prazo de entrega ou início de (...) dias úteis contados da ordem de fornecimento ou de serviço.
B.3.1 Entregas parceladas: ( ) NÃO ( ) SIM; cronograma e quantidades mínimas: (...)
B.4 Tratamento de ME/EPP, nas dispensas do art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021: a contratação será feita preferencialmente de ME/EPP (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 102, e Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, III).
( ) Exceção, por (art. 5º, I e II, da Lei Municipal nº 3.042/2025, no que couber): ( ) menos de 3 (três) fornecedores ME/EPP competitivos sediados local ou regionalmente – quantidade identificada: (...); fonte e data da verificação: (...); motivação: (...) ( ) tratamento diferenciado não vantajoso para a Administração ou prejudicial ao conjunto do objeto: (justificativa com dados concretos)
A exceção exige motivação concreta; a simples marcação da opção não basta (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º).

7. ANEXOS DO DOD – ART. 3º, V, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 781/2025
7.1 Integram o DOD, como anexos, juntados ao processo à medida que forem produzidos: ( ) Termo de Referência ( ) Estudo Técnico Preliminar ( ) pesquisa de preços ( ) plano de trabalho do concedente ( ) outros: (...)

8. IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURAS

Jaguariaíva, ____ de _____ de _____.

_____
Responsável pela demanda (servidor designado para a gestão de compras)
Nome, cargo e matrícula

_____
Representante da unidade demandante
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável técnico (quando houver especificação técnica relevante)
Nome, cargo, matrícula e registro profissional

AUTORIZAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO: Aprovo o presente DOD e autorizo o encaminhamento da demanda para a fase preparatória.

_____
Secretário(a) Municipal de _____ – Ordenador(a) de despesa

ANEXO II

ORIENTAÇÕES

✓ Texto em cor preta: texto padrão do modelo e opções a escolher.
✓ Texto em fonte vermelha com realce amarelo: campo a preencher ou orientação. Substituir pelo conteúdo da contratação ou apagar antes de enviar.
✓ Opções: manter só a escolhida, marcada com X (ou as pertinentes, se a nota do item permitir mais de uma). Apagar os subitens de opção não escolhida.
✓ Nenhum outro item pode ser suprimido. Se não se aplicar, escrever "Não se aplica" e justificar em uma frase. O texto padrão pode ser adaptado ao objeto, com justificativa nos autos.
✓ A não utilização deste modelo deve ser justificada por escrito e juntada ao processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).
✓ Use sempre a versão vigente publicada no sítio eletrônico oficial do Município. Este documento: Anexo II – Modelo de ETP, versão 1.2, de __/__/2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Órgão requisitante	Secretaria Municipal de (...)
Objeto	(...) (objeto resumido, como consta do DOD)

O presente documento constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução para atendê-lo, e dá base ao Termo de Referência ou ao projeto, nos termos do art. 6º, XX, e do art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 13 do Decreto Municipal nº 781/2025, complementado pelo Decreto Municipal nº __/2026.
Os itens marcados com (*) são obrigatórios (art. 18, § 2º, da Lei nº 14.133/2021). Os demais, quando não aplicáveis, devem ser mantidos com a justificativa. O ETP pode ser dispensado nas hipóteses do art. 13, § 3º, e do art. 93 do Decreto Municipal nº 781/2025; a dispensa não afasta a justificativa da necessidade, dos quantitativos e do preço nem os documentos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, e a autoridade competente pode exigir o ETP em razão da complexidade do objeto.
1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (*) – ART. 18, § 1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021
(...)
Descrever o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público: situação atual, público atendido, resultado esperado.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – ART. 18, § 1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021
( ) Prevista no PCA _____, item nº _____ ( ) Não prevista – justificativa: (...)
Alinhamento com PPA/LDO/LOA e planos setoriais: (...)

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – ART. 18, § 1º, III, DA LEI Nº 14.133/2021
3.1 Requisitos técnicos e normas aplicáveis: (...)
3.2 Natureza do objeto, conforme declaração do setor técnico demandante (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 54, § 2º; DOD, item 6.2): ( ) Comum ( ) Especial. Justificativa: (...)
3.3 Critérios de sustentabilidade: (...)
Indicar só os critérios pertinentes ao objeto, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (indicar a edição utilizada: ____). Exigências impertinentes ou irrelevantes restringem a competição (art. 9º, I, da Lei nº 14.133/2021).
3.4 Garantia, assistência técnica e validade mínima: (...)
3.5 Amostra, ficha técnica, laudos ou certificações: ( ) NÃO ( ) SIM. Justificativa: (...)
3.6 Qualificação técnica essencial: ( ) NÃO ( ) SIM. Justificativa: (...)
3.7 Se serviço – natureza: ( ) não contínuo ( ) contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra ( ) contínuo sem dedicação exclusiva, com predominância de mão de obra ( ) contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra. Justificativa: (...). Se serviço contínuo sem dedicação exclusiva –

percentual estimado do custo da contratação correspondente à mão de obra: (...)% (fonte: (...)); conclusão: ( ) há predominância de mão de obra ( ) não há predominância de mão de obra, pelos motivos: (...)
3.8 Se serviço – declara-se que o objeto corresponde a atividade material acessória, instrumental ou complementar a assunto que constitui área de competência legal do órgão ou entidade (art. 48, caput, da Lei nº 14.133/2021), e que a Administração observará as vedações do art. 48, I a VI, da Lei nº 14.133/2021: ( ) SIM ( ) Não se aplica (bens)
3.9 Se serviço contínuo – vigência pretendida e vantagem econômica da contratação por prazo superior a 1 (um) ano (art. 106, I, da Lei nº 14.133/2021): (...)
Modelo de TR conforme a natureza do serviço: Anexo IV (não contínuo), Anexo V (contínuo sem dedicação exclusiva, com ou sem predominância de mão de obra) ou Anexo VI (contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra). Dispensa por valor (art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021): Anexo VII. Serviço contínuo por mais de 1 (um) ano: justificar a vantagem econômica no item 3.9 (art. 106, I, da Lei nº 14.133/2021).

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (*) – ART. 18, § 1º, IV, DA LEI Nº 14.133/2021

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1			
2			
...			

4.1 Série histórica de consumo/contratação:

EXERCÍCIO	QUANTIDADE CONSUMIDA/CONTRATADA	OBSERVAÇÃO

4.2 Memória de cálculo: (...)
Demonstrar como se chegou às quantidades (p. ex., consumo médio, público atendido, metas, estoque). Considerar interdependências com outras contratações e a possibilidade de economia de escala. Juntar os documentos de suporte.
Se serviço: dimensionar pela unidade de medida adequada (p. ex., área, frequência, hora, serviço, mês, ordem de serviço ou posto de trabalho), indicando a produtividade de referência adotada e sua fonte.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ART. 18, § 1º, V, DA LEI Nº 14.133/2021

SOLUÇÃO POSSÍVEL	VANTAGENS	DESVANTAGENS	CUSTO ESTIMADO

5.1 Contratações similares de outros órgãos consultadas (p. ex., PNCP, contratos e atas de outros municípios): (...)
5.2 Comparação entre as alternativas de atendimento – aquisição, locação (art. 44 da Lei nº 14.133/2021), contratação de serviço (terceirização) ou execução direta pela Administração –, quando cabível, com a razão da escolha: (...)
5.3 Justificativa técnica e econômica da solução escolhida: (...)
Se serviço com mais de um contratado para o mesmo objeto, justificar que a medida não implica perda de economia de escala e que o objeto pode ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado, sendo a múltipla execução conveniente à Administração (art. 49 da Lei nº 14.133/2021).
5.4 Fornecedores ME/EPP sediados local ou regionalmente identificados (quantidade e fonte; Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, I): (...)

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (*) – ART. 18, § 1º, VI, DA LEI Nº 14.133/2021

ITEM	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1			
2			
TOTAL			

6.1 Parâmetros e fontes utilizados (art. 23 da Lei nº 14.133/2021, art. 94 do Decreto Municipal nº 781/2025 e Decreto Municipal nº 628/2024): (...)
6.1.1 Responsável pela pesquisa: (nome, cargo e matrícula). Justificativa da escolha dos fornecedores consultados: (...)
6.2 Orçamento sigiloso (art. 24 da Lei nº 14.133/2021): ( ) NÃO ( ) SIM. Justificativa: (...)
Estimativa do valor da contratação, para a qual o art. 12 do Decreto Municipal nº 628/2024 admite o rito simplificado (preferencialmente o histórico de preços da Prefeitura); o valor máximo da contratação consta do Mapa de Formação de Preços do TR (art. 10 do mesmo decreto). Juntar os documentos da pesquisa, conforme o rito adotado. Se o orçamento for sigiloso (item 6.2 = SIM), a tabela deste item não traz valores e remete ao anexo classificado (art. 18, § 1º, VI, da Lei nº 14.133/2021). O sigilo não é admitido no julgamento por maior desconto (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ART. 18, § 1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021
(...)
Descrever a solução escolhida considerando todo o ciclo de vida do objeto, inclusive manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

8. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO (*) – ART. 18, § 1º, VIII, DA LEI Nº 14.133/2021
( ) Por item ( ) Por lote/grupo ( ) Global
Justificativa: (...)
Regra: parcelar quando técnica e economicamente viável (art. 40, V, "b", e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021). Para serviços, considerar a responsabilidade técnica, o custo de administrar vários contratos e a economia de escala (art. 47 da Lei nº 14.133/2021). Lotes e contratação global exigem justificativa. Aplicar a exclusividade para ME/EPP (itens ou lotes de até R$ 80.000,00) e a cota de até 25% (bens divisíveis), nos termos da Lei Municipal nº 3.042/2025, arts. 3º, I, 9º e 11, salvo hipótese do art. 5º da mesma lei, que deve ser demonstrada com o número de fornecedores do item 5.4.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS – ART. 18, § 1º, IX, DA LEI Nº 14.133/2021
(...)
Ganhos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO – ART. 18, § 1º, X, DA LEI Nº 14.133/2021
(...)
Adequação de espaço, infraestrutura, capacitação do gestor e dos fiscais etc.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES – ART. 18, § 1º, XI, DA LEI Nº 14.133/2021
(...)

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS – ART. 18, § 1º, XII, DA LEI Nº 14.133/2021
(...)
Considerar consumo de energia e de outros recursos, logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

13. ANÁLISE DE RISCOS – ART. 18, X, DA LEI Nº 14.133/2021

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL

Análise de riscos exigida pelo art. 18, X, da Lei nº 14.133/2021, facultativa nas dispensas do art. 75, I e II, da mesma Lei (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 93). Não se confunde com a matriz de alocação de riscos (art. 22 da Lei nº 14.133/2021 e art. 12, III, do Decreto Municipal nº 781/2025), que é cláusula contratual de repartição de riscos entre as partes, exigida apenas quando for o caso. Indicar os riscos que possam comprometer a licitação e a execução do contrato e a providência para cada um. Nas contratações de menor complexidade, pode ser simplificada; se não se aplicar, justificar.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (*) – ART. 18, § 1º, XIII, DA LEI Nº 14.133/2021
Com base nos elementos acima, declara-se que a contratação é: ( ) VIÁVEL ( ) INVIÁVEL
Fundamentação: (...)
Declara-se, ainda, a compatibilidade entre a solução escolhida, a estimativa do valor da contratação e a previsão orçamentária, bem como a capacidade da Administração para gerir e fiscalizar o contrato: ( ) SIM ( ) NÃO – providências: (...)

15. RESPONSÁVEIS
Jaguariaíva, ____ de _____ de _____.

_____
Elaboração (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 11, § 1º)
Nome, cargo e matrícula

_____
Apoio técnico
Nome, cargo e matrícula

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar.

_____
Secretário(a) Municipal de _____

ANEXO III

ORIENTAÇÕES

✓ Texto em cor preta: texto padrão do modelo e opções a escolher.
✓ Texto em fonte vermelha com realce amarelo: campo a preencher ou orientação. Substituir pelo conteúdo da contratação ou apagar antes de enviar.
✓ Opções: manter só a escolhida, marcada com X (ou as pertinentes, se a nota do item permitir mais de uma). Apagar os subitens de opção não escolhida.
✓ Nenhum outro item pode ser suprimido. Se não se aplicar, escrever "Não se aplica" e justificar em uma frase. O texto padrão pode ser adaptado ao objeto, com justificativa nos autos.
✓ A não utilização deste modelo deve ser justificada por escrito e juntada ao processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).
✓ Use sempre a versão vigente publicada no sítio eletrônico oficial do Município. Este documento: Anexo III – Modelo de TR para aquisição de bens por pregão eletrônico/SRP, versão 1.1, de __/__/2026.

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Aquisição de bens – Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços

Órgão requisitante	Secretaria Municipal de (...)
Objeto	(...) (objeto resumido, como consta do ETP)

Modelo para aquisição de bens por licitação na modalidade pregão eletrônico, com registro de preços. Não usar para serviços (Anexos IV a VI) nem para contratação direta (para as dispensas do art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021, ver o Anexo VII). Conteúdo mínimo: art. 6º, XXIII, e art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Transcrever neste TR os itens essenciais do ETP (necessidade, quantitativos, requisitos da contratação, solução e parcelamento), sem mera remissão ao item; o ETP permanece nos autos e não integra o TR como anexo. A transcrição deve reproduzir fielmente o ETP aprovado; havendo divergência entre ETP, TR, edital e contrato, corrigir antes da publicação, sem repetir a mesma cláusula com redações diferentes. Este modelo pressupõe registro de preços. Para aquisição de bens por pregão sem registro de preços, até a edição de modelo próprio, adaptar este modelo suprimindo os itens 1.2.1 a 1.9 e ajustando o item 10.1, com justificativa nos autos (art. 5º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº __/2026).

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "A", DA LEI Nº 14.133/2021
1.1 Registro de preços para eventual aquisição de (...), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
1.2 Itens e quantidades (QUANT. = quantidade máxima registrada por item – art. 82, I, da Lei nº 14.133/2021):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	PARTICIPAÇÃO
1	(...)				Ampla / Exclusivo ME-EPP / Cota
2					
...					

Na coluna PARTICIPAÇÃO, indicar para cada item: ampla participação, exclusiva para ME/EPP (itens de até R$ 80.000,00) ou cota reservada de até 25% (bens divisíveis), conforme o item 8.2. A quantidade máxima registrada deve corresponder à memória de cálculo do ETP (item 4.2); eventual diferença deve ser justificada.
1.2.1 Quantidade mínima a cotar por item: (...) (art. 82, II, da Lei nº 14.133/2021).
1.2.2 Preços diferenciados por local de entrega ou por forma e local de acondicionamento (art. 82, III, da Lei nº 14.133/2021): ( ) não ( ) sim, por (...).
1.2.3 Será incluído na ata, como cadastro de reserva, o licitante que aceitar cotar o bem em preço igual ao do vencedor, na ordem de classificação, e o que mantiver sua proposta original (art. 82, VII e § 5º, VI, da Lei nº 14.133/2021).
1.3 O objeto é de natureza comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado (art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 54 do Decreto Municipal nº 781/2025), pelos seguintes motivos (transcrever do ETP, item 3.2): (...). Os bens não se enquadram como artigos de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.
A natureza comum decorre da declaração do setor técnico demandante (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 54, § 2º; DOD, item 6.2; ETP, item 3.2). Se o objeto for declarado especial, este modelo não se aplica, pois o pregão não é cabível (art. 54, § 1º, do mesmo decreto); consultar a Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações.
1.4 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se por (...), nos termos do art. 86 do Decreto Municipal nº 781/2025.
Indicar a razão concreta: entregas parceladas, impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato, atendimento a mais de uma Secretaria etc. Exemplo usual: maior adequação entre demanda e fornecimento parcelado e redução do estoque médio do almoxarifado.
1.5 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração e comprovada a vantajosidade dos preços (art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 88 do Decreto Municipal nº 781/2025). Na prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo registrado, limitado ao quantitativo original acrescido de eventual aditivo do primeiro ano, sem acumulação de saldos entre os períodos, e os limites de adesão serão restabelecidos (art. 88, §§ 1º a 3º, do mesmo decreto).
1.6 Adesão à ata por órgãos não participantes:
( ) Não será admitida, pelo seguinte motivo: (...)
( ) Será admitida, observado o art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei nº 14.133/2021: justificativa da vantagem da adesão, compatibilidade dos preços com o mercado, aceitação prévia do gerenciador e do fornecedor, limite de 50% dos quantitativos registrados por órgão (§ 4º) e, na totalidade, do dobro do quantitativo de cada item (§ 5º). A adesão dependerá, ainda, de manifestação do gerenciador de que não compromete o atendimento dos participantes nem a capacidade de fornecimento do detentor da ata.
Marcar só uma opção. A decisão deve ser coerente em todo o processo (edital, ata e TR).
1.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar. Cada aquisição será formalizada por contrato ou instrumento hábil, como nota de empenho ou ordem de fornecimento, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
1.8 Intenção de registro de preços: ( ) realizada em (...) ( ) dispensada, por ser o Município o único contratante (art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
1.9 Os contratos decorrentes terão vigência de (...), contada de (...), conforme definido na ata (art. 84, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "B", DA LEI Nº 14.133/2021
2.1 A fundamentação da contratação é a seguinte:
Necessidade e resultado esperado: (...)
Quantitativos e memória de cálculo: (...)
Solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: (...)
Parcelamento em itens (motivos): (...)
Transcrever do ETP (itens 1, 4, 7 e 8), sem mera remissão ao item e apenas o que não for sigiloso (art. 6º, XXIII, "b", parte final, da Lei nº 14.133/2021). O ETP permanece nos autos e não integra este TR como anexo. Se o ETP foi dispensado (art. 13, § 3º, do Decreto Municipal nº 781/2025), preencher diretamente.
2.2 Plano de Contratações Anual: ( ) a contratação está prevista no PCA de (ano), item nº (...), e alinhada ao PPA e às leis orçamentárias do Município ( ) a contratação não está prevista no PCA; justificativa: (...)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ART. 6º, XXIII, "C", DA LEI Nº 14.133/2021
3.1 Descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: conforme o item 2.1.
3.2 O objeto será parcelado em itens, para ampliar a competição e assegurar economia de escala, pelos motivos indicados no item 2.1.
Se houver grupo de itens (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021: somente se demonstrada a inviabilidade da adjudicação por item e evidenciada a vantagem técnica e econômica), substituir o item 3.2 pelo fundamento do ETP e ajustar a tabela do item 1.2 e o item 8.1.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "D", DA LEI Nº 14.133/2021
Transcrição dos requisitos da contratação do ETP (item 3): (...)
Se o ETP foi dispensado, descrever diretamente os requisitos. Os itens abaixo detalham cada requisito.
Sustentabilidade
4.1 Os bens deverão atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:
( ) constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável;
( ) embalagem individual adequada, com o menor volume possível e material reciclável;
( ) certificação do INMETRO ou de outro organismo, exigida por (norma técnica ou regulamento que a impõe);
( ) ausência de substâncias perigosas acima dos limites técnicos (aplicável, p. ex., a eletroeletrônicos);
( ) logística reversa pelo fornecedor, nos casos do art. 33 da Lei nº 12.305/2010 (p. ex., pilhas, baterias, lâmpadas, pneus, eletroeletrônicos);
( ) não há critério específico além da legislação aplicável, conforme justificativa do ETP.
Marcar só o que for pertinente ao objeto, conforme o ETP e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (edição indicada no ETP, item 3.3). Exigências impertinentes restringem a competição (art. 9º, I, da Lei nº 14.133/2021).
Garantia e validade – art. 40, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021
4.2 Garantia do produto: ( ) legal ( ) do fabricante ou do fornecedor, de (...) meses, contada do recebimento definitivo, abrangendo a substituição sem ônus de unidades com vício ou defeito.
4.3 Validade mínima na entrega: ( ) não se aplica ( ) (...) da validade total do produto.
4.4 Assistência técnica: ( ) não se aplica ( ) (local, prazo de atendimento e condições)
Amostra, ficha técnica, laudos e declarações
4.5 Amostra: ( ) NÃO será exigida ( ) SERÁ exigida do licitante provisoriamente vencedor, para os itens (...), no prazo de (...) dias úteis, no local (...). Justificativa da necessidade (art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021): (...)
4.6 Critérios objetivos de análise da amostra: (...). A análise será feita por (servidor ou comissão) (arts. 17, § 3º, e 41, II, da Lei nº 14.133/2021).
4.7 Ficha técnica, laudos ou certificados exigidos: ( ) NÃO ( ) SIM: (...). Justificativa da exigência (norma técnica ou regulamento que a impõe): (...)
Especificações que constem de ficha anexa devem integrar o processo e o edital. Combinar com o agente de contratação o procedimento e o prazo da amostra.
Subcontratação e garantia contratual
4.8 Não é admitida a subcontratação do objeto.
4.9 Garantia contratual (arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021): ( ) não será exigida ( ) será exigida no percentual de (...)% do valor contratado, na modalidade escolhida pelo contratado: caução, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização (art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021). Seguro-garantia: apresentação em até (...) (mínimo de 1 mês, contado da homologação e anterior à assinatura – art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021). Justificativa da exigência e, se o percentual for superior a 5%, da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021): (...)
Até 5% do valor do contrato; até 10% com justificativa da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "E", DA LEI Nº 14.133/2021
5.1 Local de entrega: Secretaria/Setor (...), endereço (...), horário (...), servidor responsável pelo recebimento (...)
5.2 Os produtos deverão ser entregues em até xx (por extenso) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou nota de empenho, encaminhada ao e-mail indicado pelo fornecedor.
5.3 Não sendo possível a entrega no prazo, o fornecedor comunicará as razões com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvados caso fortuito e força maior.
5.4 As embalagens deverão conter identificação, procedência, marca, data de fabricação, prazo de validade, quantidade e número do lote.
5.5 Para cada solicitação, os produtos entregues deverão corresponder ao mesmo lote de fabricação e ao mesmo prazo de validade.
5.6 Os quantitativos serão solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade, com previsão de (...) a (...) entregas durante a vigência da ata, sem quantitativo mínimo por pedido, não contadas as decorrentes de devolução.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – ART. 6º, XXIII, "F", DA LEI Nº 14.133/2021
6.1 O instrumento de contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 781/2025, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila (art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).
6.3 As comunicações entre o Município e o fornecedor serão feitas por escrito sempre que o ato exigir, admitido o uso de mensagem eletrônica.
6.4 O Município poderá convocar representante da empresa para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização e para adoção de providências imediatas.
6.5 A execução será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências e determinarão o necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
6.6 O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou providência fora de sua competência, as ocorrências que possam inviabilizar a execução nos prazos e o término da vigência.
6.7 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, os apostilamentos e os termos aditivos.
6.8 O gestor coordenará o histórico de gerenciamento do instrumento, emitirá documento de avaliação do desempenho do fornecedor e tomará as providências para instauração de processo de responsabilização, quando cabível (art. 158 da Lei nº 14.133/2021).
6.9 O gestor elaborará relatório final sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação.
6.10 Agentes indicados para a gestão e fiscalização, a serem designados por ato próprio:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Gestor		
Fiscal		
Fiscal substituto		

7. RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ART. 6º, XXIII, "G", DA LEI Nº 14.133/2021
Do recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, com a nota fiscal, pelo responsável pela fiscalização, para posterior verificação da conformidade com as especificações deste TR e da proposta (art. 140, II, "a", da Lei nº 14.133/2021).
7.2 Os bens serão recebidos definitivamente em até (...) dias úteis contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, II, "b", e § 3º, da Lei nº 14.133/2021).
7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos em até 5 (cinco) dias úteis da notificação, às custas do fornecedor, sem prejuízo das penalidades.
7.4 Havendo controvérsia sobre a execução quanto a dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com pagamento da parcela incontroversa.
7.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor pela qualidade e segurança dos bens, nos termos da lei e do contrato.

Da liquidação e do pagamento

7.6 A liquidação ocorrerá em até (...) dias úteis contados do recebimento definitivo e da apresentação da nota fiscal, e o pagamento em até (...) dias úteis contados da liquidação, observada a ordem cronológica de pagamentos (art. 141 da Lei nº 14.133/2021).
Informe prazos que, somados, deixem claro o prazo máximo total entre a entrega e o pagamento.
7.7 A nota fiscal deverá conter número do empenho, dados bancários, data de emissão, dados da ata/contrato e do órgão, período de execução, valor a pagar e destaque das retenções tributárias cabíveis. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo ficará suspenso até a regularização, sem ônus ao Município.
7.8 Antes do pagamento será verificada a manutenção das condições de habilitação (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021). Constatada irregularidade, o fornecedor será notificado para regularizá-la no prazo fixado, sob pena das sanções cabíveis e da extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021).
7.9 O pagamento será feito por ordem bancária na conta indicada pelo fornecedor, considerando-se como data de pagamento a de emissão da ordem bancária.
7.10 Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do Município, o valor será atualizado monetariamente pelo índice (...), pro rata die, entre a data do adimplemento e a do efetivo pagamento (art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021).
7.11 Será feita a retenção tributária prevista na legislação. O fornecedor optante pelo Simples Nacional deverá comprovar essa condição para não sofrer as retenções abrangidas pelo regime da Lei Complementar nº 123/2006.
7.12 É vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da ata ou do contrato.

Do reajuste

7.13 Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado (data-base: __/__/____). Após esse prazo, poderão ser reajustados pelo índice (...), mediante apostila (art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 89 do Decreto Municipal nº 781/2025).
7.14 A revisão dos preços registrados, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, observará o art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021 e o art. 89, § 3º, do Decreto Municipal nº 781/2025, com resposta do Município em até (...) dias úteis (art. 92, XI, da Lei nº 14.133/2021).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ART. 6º, XXIII, "H", DA LEI Nº 14.133/2021

8.1 O fornecedor será selecionado por licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO, adjudicado conforme o item 3.2, e modo de disputa (aberto / aberto e fechado).
8.1.1 Participação de consórcio (art. 15 da Lei nº 14.133/2021): ( ) admitida, observado o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, com acréscimo de (10% a 30%) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação, dispensado o acréscimo se o consórcio for composto integralmente por ME/EPP (art. 15, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021) ( ) vedada, pelo seguinte motivo: (...)
Marcar só uma opção. Sem vedação justificada no processo, a participação em consórcio é admitida (art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021). O limite de empresas consorciadas só pode ser fixado no edital com justificativa técnica aprovada pela autoridade competente (art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

Tratamento diferenciado a ME/EPP

8.2 Em cumprimento à Lei Municipal nº 3.042/2025, ao art. 52 do Decreto Municipal nº 781/2025 e aos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, serão aplicados, conforme a coluna "Participação" do item 1.2:
a) participação exclusiva de ME/EPP e equiparados nos itens de valor estimado de até R$ 80.000,00 (Lei Municipal nº 3.042/2025, arts. 3º, I, "a", e 9º): itens (...);
b) cota de até 25% do objeto reservada a ME/EPP nos itens de bens divisíveis acima desse valor (Lei Municipal nº 3.042/2025, arts. 3º, I, "b", e 11): itens (...);
c) prazo para regularização da documentação fiscal e trabalhista, havendo restrição (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 6º).
8.2.1 Exceção (marcar somente se for o caso): a exclusividade e a cota não se aplicam ao(s) item(ns) (...), por (art. 5º da Lei Municipal nº 3.042/2025 ou art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006):
( ) menos de 3 (três) fornecedores ME/EPP competitivos sediados local ou regionalmente, conforme ETP, item 5.4 – quantidade identificada: (...); fonte e data da verificação: (...); motivação: (...) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, I);
( ) tratamento diferenciado não vantajoso para a Administração ou prejudicial ao conjunto do objeto, conforme (justificativa) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, II).
8.2.2 Prioridade a ME/EPP sediadas local ou regionalmente (facultativa): ( ) não, pelo seguinte motivo: (...) ( ) sim, até 10% sobre o melhor preço válido, justificada em (...) (art. 8º da Lei Municipal nº 3.042/2025).
8.2.3 Os benefícios deste item não se aplicam quando superados os limites dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021; nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, considera-se o valor anual do contrato (art. 4º, § 3º, da mesma Lei).
A exceção à exclusividade ou à cota e o afastamento da prioridade local ou regional exigem motivação concreta nos autos; a simples marcação da opção não basta.

Habilitação

8.3 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira serão as do edital padronizado do Departamento de Compras e Licitações, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
8.4 Qualificação técnica:
( ) Não será exigida, por se tratar de bem comum de baixa complexidade.
( ) Será exigido atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de bens compatíveis com o objeto, limitado às parcelas de maior relevância (valor individual igual ou superior a 4% do total estimado) e a quantitativos mínimos de até 50% dessas parcelas, vedadas limitações de tempo e de locais específicos (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021). Justificativa: (...)
8.5 Será admitido o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo, e os atestados poderão estar em nome da matriz ou da filial. O fornecedor deverá disponibilizar, quando solicitado, as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados.
8.6 Será exigida declaração unificada do licitante, conforme modelo do edital, subscrita por seu representante legal, incluindo a declaração de que a proposta compreende integralmente os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "I", DA LEI Nº 14.133/2021

9.1 Valor estimado da contratação (art. 24 da Lei nº 14.133/2021): ( ) orçamento não sigiloso: valor máximo estimado de R$ (...) (por extenso) ( ) orçamento sigiloso até a fase de julgamento das propostas, constando o valor de anexo classificado, sem divulgação neste TR. Justificativa do sigilo: (...)
9.2 A metodologia de estimativa segue o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 628/2024, e está demonstrada no Anexo (...) – Mapa de Formação de Preços, assinado pelo responsável pela pesquisa de preços (art. 10 do Decreto Municipal nº 628/2024).
9.3 Se o orçamento for sigiloso, o sigilo não prevalece para os órgãos de controle interno e externo, e serão divulgados o detalhamento dos quantitativos e as demais informações necessárias à elaboração das propostas (art. 24, caput e I, da Lei nº 14.133/2021).
O sigilo do orçamento não é admitido quando o critério de julgamento for maior desconto: nesse caso, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ART. 6º, XXIII, "J", DA LEI Nº 14.133/2021

10.1 Por se tratar de registro de preços, a dotação orçamentária será indicada no momento de cada contratação, em parecer contábil.
10.2 A dotação relativa aos exercícios seguintes será indicada após a aprovação da respectiva lei orçamentária.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 São obrigações do Município: receber o objeto nos termos deste TR; verificar a conformidade dos bens; comunicar por escrito falhas ou irregularidades; efetuar o pagamento nos prazos fixados; acompanhar e fiscalizar a execução.
11.2 São obrigações do fornecedor: entregar os bens conforme especificação, prazo e local; substituir, às suas custas, os produtos com vício ou defeito; arcar com frete, tributos e encargos; manter durante toda a execução as condições de habilitação; responder pelos danos causados ao Município ou a terceiros; comunicar previamente qualquer impedimento à entrega.

12. SANÇÕES

12.1 O descumprimento das obrigações sujeitará o fornecedor às sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, na forma do edital e da ata/contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(...)

14. IDENTIFICAÇÃO

Jaguariaíva, ____ de _____ de _____.

_____
Responsável pela elaboração do TR
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável pela pesquisa de preços (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável técnico (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência.

_____
Secretário(a) Municipal de _____

ANEXO IV

ORIENTAÇÕES

✓ Texto em cor preta: texto padrão do modelo e opções a escolher.
✓ Texto em fonte vermelha com realce amarelo: campo a preencher ou orientação. Substituir pelo conteúdo da contratação ou apagar antes de enviar.
✓ Opções: manter só a escolhida, marcada com X (ou as pertinentes, se a nota do item permitir mais de uma). Apagar os subitens de opção não escolhida.
✓ Nenhum outro item pode ser suprimido. Se não se aplicar, escrever "Não se aplica" e justificar em uma frase. O texto padrão pode ser adaptado ao objeto, com justificativa nos autos.
✓ A não utilização deste modelo deve ser justificada por escrito e juntada ao processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).
✓ Use sempre a versão vigente publicada no sítio eletrônico oficial do Município. Este documento: Anexo IV – Modelo de TR para serviços comuns não contínuos, versão 1.1, de __/__/2026.

TERMO DE REFERÊNCIA – TR
Prestação de serviços comuns não contínuos (escopo predefinido)

Órgão requisitante	Secretaria Municipal de (...)
Objeto	(...) (objeto resumido, como consta do ETP)

Use este modelo para serviços comuns executados uma única vez ou por escopo definido, que se encerram com a entrega do resultado (art. 6º, XVII, da Lei nº 14.133/2021). Ex.: manutenção corretiva pontual, organização de evento, pintura de uma unidade. Obras e serviços de engenharia exigem, além do TR, o anteprojeto, o projeto básico ou o projeto executivo. Conteúdo mínimo: art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021. Este modelo é para licitação na modalidade pregão eletrônico; não usar para contratação direta (para as dispensas do art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021, ver o Anexo VII) nem para serviços de tecnologia da informação. Transcrever neste TR os itens essenciais do ETP (necessidade, quantitativos, requisitos da contratação, solução e parcelamento), sem mera remissão ao item; o ETP permanece nos autos e não integra o TR como anexo. A transcrição deve reproduzir fielmente o ETP aprovado; havendo divergência entre ETP, TR, edital e contrato, corrigir antes da publicação, sem repetir a mesma cláusula com redações diferentes.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "A", DA LEI Nº 14.133/2021

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de (...), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
1.2 Itens e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PARTICIPAÇÃO
1	(...)		serviço, hora, mês...		Ampla / Exclusiva ME-EPP
2					
...					

Na coluna PARTICIPAÇÃO, indicar para cada item ou lote: ampla participação ou exclusiva para ME/EPP (valor estimado de até R$ 80.000,00), conforme o item 8.2.
1.3 O objeto é de natureza comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade[1] que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado (art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 54, § 2º, do Decreto Municipal nº 781/2025), pelos seguintes motivos (transcrever do ETP, item 3.2): (...)
A natureza comum decorre da declaração do setor técnico demandante (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 54, § 2º; DOD, item 6.2; ETP, item 3.2). Se o objeto for declarado especial, este modelo não se aplica, pois o pregão não é cabível (art. 54, § 1º, do mesmo decreto); consultar a Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações.
1.4 O serviço é classificado como não contínuo, por ter escopo predefinido que se encerra com a sua conclusão (art. 6º, XVII, da Lei nº 14.133/2021).
1.5 O prazo de vigência do contrato é de (...), contado da (assinatura/emissão da ordem de serviço), na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Não concluído o escopo no prazo, a vigência será prorrogada automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções se a mora for imputável ao contratado.
1.6 Registro de preços: ( ) NÃO ( ) SIM, justificado por (...) (art. 86 do Decreto Municipal nº 781/2025). Marcando SIM, aplicam-se também os itens 1.6.1 a 1.6.6.
Em serviço não contínuo, o registro de preços só se justifica quando a necessidade for frequente ou de quantitativo imprevisível, demonstrado no ETP.
1.6.1 Quantidade máxima registrada por item, indicada na coluna QUANT. do item 1.2 (art. 82, I, da Lei nº 14.133/2021), e quantidade mínima a cotar, por unidade de medida: (...) (art. 82, II, da Lei nº 14.133/2021). Preços diferenciados por local de execução (art. 82, III, da Lei nº 14.133/2021): ( ) não ( ) sim, por (...).
1.6.2 A adjudicação será por item ou, se demonstrada a inviabilidade da adjudicação por item e evidenciada a vantagem técnica e econômica, por grupo de itens, conforme o item 3.2 (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
1.6.3 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração e comprovada a vantajosidade dos preços (art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 88 do Decreto Municipal nº 781/2025). Na prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo registrado, limitado ao quantitativo original acrescido de eventual aditivo do primeiro ano, sem acumulação de saldos entre os períodos, e os limites de adesão serão restabelecidos (art. 88, §§ 1º a 3º, do mesmo decreto). Os contratos decorrentes terão vigência de (...), contada de (...), conforme definido na ata (art. 84, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).
1.6.4 Adesão à ata por órgãos não participantes:
( ) Não será admitida, pelo seguinte motivo: (...)
( ) Será admitida, observado o art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei nº 14.133/2021: justificativa da vantagem da adesão, compatibilidade dos preços com o mercado, aceitação prévia do gerenciador e do fornecedor, limite de 50% dos quantitativos registrados por órgão (§ 4º) e, na totalidade, do dobro do quantitativo de cada item (§ 5º). A adesão dependerá, ainda, de manifestação do gerenciador de que não comprome o atendimento dos participantes nem a capacidade de fornecimento do detentor da ata.
Marcar só uma opção. A decisão deve ser coerente em todo o processo (edital, ata e TR).
1.6.5 Intenção de registro de preços: ( ) realizada em (...) ( ) dispensada, por ser o Município o único contratante (art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
1.6.6 Será incluído na ata, como cadastro de reserva, o licitante que aceitar cotar o serviço em preço igual ao do vencedor, na ordem de classificação, e o que mantiver sua proposta original (art. 82, VII e § 5º, VI, da Lei nº 14.133/2021). A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar; cada contratação será formalizada por contrato ou instrumento hábil (art. 95 da Lei nº 14.133/2021).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "B", DA LEI Nº 14.133/2021

2.1 A fundamentação da contratação é a seguinte:
Necessidade e resultado esperado: (...)
Quantitativos e memória de cálculo: (...)
Solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: (...)
Parcelamento, lotes ou grupo (motivos): (...)
Transcrever do ETP (itens 1, 4, 7 e 8), sem mera remissão ao item e apenas o que não for sigiloso (art. 6º, XXIII, "b", parte final, da Lei nº 14.133/2021). O ETP permanece nos autos e não integra este TR como anexo. Se o ETP foi dispensado (art. 13, § 3º, do Decreto Municipal nº 781/2025), preencher diretamente.
2.2 Plano de Contratações Anual: ( ) a contratação está prevista no PCA de (ano), item nº (...), e alinhada ao PPA e às leis orçamentárias do Município ( ) a contratação não está prevista no PCA; justificativa: (...)
2.3 Os serviços correspondem a atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, não inseridas nas atribuições de cargos efetivos do quadro do Município, observado o art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ART. 6º, XXIII, "C", DA LEI Nº 14.133/2021

3.1 Descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: conforme o item 2.1.
3.2 Forma de adjudicação: ( ) por item ( ) por lote/grupo ( ) global (vedada no registro de preços). Justificativa: conforme o item 2.1.
Serviços devem ser parcelados quando técnica e economicamente viável, considerando a responsabilidade técnica, o custo de administração de vários contratos e a economia de escala (art. 47 da Lei nº 14.133/2021). No registro de preços, a adjudicação é por item ou, demonstrada a inviabilidade e evidenciada a vantagem técnica e econômica, por grupo de itens (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "D", DA LEI Nº 14.133/2021

Transcrição dos requisitos da contratação do ETP (item 3): (...)
Se o ETP foi dispensado, descrever diretamente os requisitos. Os itens abaixo detalham cada requisito.
4.1 Critérios de sustentabilidade: ( ) (indicar os pertinentes ao serviço, ex.: produtos de limpeza biodegradáveis, destinação adequada de resíduos, economia de água e energia) ( ) não há critério específico além da legislação, conforme o ETP.
4.2 Vistoria prévia: ( ) Não se aplica ( ) Facultativa ( ) Exigida a declaração de que o licitante conhece o local e as condições de execução, sob pena de inabilitação, por ser imprescindível ao conhecimento pleno do objeto (art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021): (justificativa). Havendo vistoria, ela poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante (art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), e serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados (art. 63, § 4º, da Lei nº 14.133/2021). Agendamento: (contato e horários)
4.3 Subcontratação: ( ) Não é admitida ( ) Admitida para as parcelas (...), até o limite de (...)% do valor, mantida a responsabilidade integral do contratado (art. 122 da Lei nº 14.133/2021) ( ) Exigida a subcontratação de ME/EPP, com prioridade para as sediadas local ou regionalmente, em percentual mínimo de (...)% e máximo de (...)%, sem indicação de parcela ou empresa determinada e vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica (art. 12 da Lei Municipal nº 3.042/2025). Em qualquer caso, é vedada a subcontratação nas hipóteses do art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
4.4 Garantia contratual (arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021): ( ) não será exigida ( ) será exigida no percentual de (...)% do valor contratado, na modalidade escolhida pelo contratado: caução, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização (art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021). Seguro-garantia: apresentação em até (...) (mínimo de 1 mês, contado da homologação e anterior à assinatura – art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021). Justificativa da exigência e, se o percentual for superior a 5%, da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021): (...)
Até 5% do valor do contrato; até 10% com justificativa da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021).
4.5 Materiais, equipamentos e uniformes a serem fornecidos pelo contratado: ( ) Não se aplica ( ) Conforme relação do Anexo (...).
4.6 Amostra, exame de conformidade e prova de conceito (art. 17, § 3º, da Lei nº 14.133/2021): ( ) NÃO serão exigidos ( ) SERÃO exigidos do licitante provisoriamente vencedor, após o julgamento das propostas ou dos lances, para (itens ou parcelas do serviço), no prazo de (...) dias úteis, no local (...). Critérios objetivos de aferição e responsável pela análise (servidor ou comissão): (...). Justificativa da necessidade: (transcrever do ETP, item 3.5)
A exigência é excepcional, deve constar do edital e seguir critérios objetivos de aceitação, sem margem de discricionariedade na análise. Para serviços, serve para comprovar a aderência da proposta ao TR (p. ex., demonstração de equipamento, de método ou de ferramenta). Combinar o procedimento e o prazo com o agente de contratação.
4.7 Garantia do serviço (art. 40, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021): ( ) apenas a garantia legal ( ) garantia contratual, complementar à legal, de (...) meses, contada do recebimento definitivo de cada serviço, etapa ou medição, abrangendo a nova execução, sem ônus ao Município, do serviço com vício ou defeito. Assistência ou manutenção posterior à execução: ( ) não se aplica ( ) (condições e prazo de atendimento) (transcrever do ETP, item 3.4).
A garantia legal decorre da legislação aplicável e do art. 119 da Lei nº 14.133/2021; a garantia contratual é o prazo adicional que o TR exigir. Não confundir com a garantia contratual de execução do item 4.4 (arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "E", DA LEI Nº 14.133/2021

5.1 Local e horário de execução: (endereço(s), dias e horários)
5.2 Início da execução: em até (...) dias úteis contados do recebimento da ordem de serviço.
5.3 Forma de execução: (descrever as rotinas, a periodicidade, a frequência e a metodologia; para serviços sob demanda, como será emitida cada ordem de serviço)
5.4 Cronograma de execução: (etapas, prazos e entregas parciais, se houver)
5.5 O contratado designará formalmente preposto, aceito pelo Município, para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei nº 14.133/2021).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – ART. 6º, XXIII, "F", DA LEI Nº 14.133/2021

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 781/2025, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila (art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).
6.3 As comunicações entre o Município e o contratado serão feitas por escrito sempre que o ato exigir, admitido o uso de mensagem eletrônica.
6.4 Após a assinatura do contrato, o Município poderá convocar o preposto para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, com as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis.
6.5 A execução será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências e determinarão o necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
6.6 O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, as situações que demandem decisão fora de sua competência, as ocorrências que possam inviabilizar a execução nos prazos e o término da vigência, com vistas à prorrogação tempestiva, se for o caso.
6.7 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado e acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, os apostilamentos e os termos aditivos.
6.8 O gestor coordenará o histórico de gerenciamento do contrato, emitirá documento de avaliação do desempenho do contratado e tomará as providências para instauração de processo de responsabilização, quando cabível (art. 158 da Lei nº 14.133/2021).
6.9 O gestor elaborará relatório final sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação.
6.10 Agentes indicados para a gestão e fiscalização, a serem designados por ato próprio:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Gestor		
Fiscal		
Fiscal substituto		

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO – ART. 6º, XXIII, "G", DA LEI Nº 14.133/2021
Da medição
7.1 Os serviços serão medidos (ao final da execução / por etapa concluída, conforme cronograma).
7.2 Instrumento de Medição de Resultado (IMR): ( ) Não será adotado ( ) Será adotado conforme Anexo (...), com indicadores, metas e faixas de ajuste no pagamento.
O IMR vincula o pagamento à qualidade do serviço. Os indicadores devem decorrer dos resultados pretendidos no ETP e ser objetivos e mensuráveis.
7.3 Serviços não executados, executados em desacordo com o TR ou abaixo dos níveis exigidos serão glosados, sem prejuízo das sanções cabíveis.
Do recebimento
7.4 O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021), em até (...) dias úteis da comunicação de conclusão do serviço ou da etapa.
7.5 O objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, I, "b", da Lei nº 14.133/2021), em até (...) dias úteis do recebimento provisório.
Fixar prazo compatível com os testes, ensaios ou conferências que o objeto exigir, justificado nos autos.
7.6 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (art. 119 da Lei nº 14.133/2021).
7.7 Havendo controvérsia sobre a execução, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com pagamento da parcela incontroversa. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço nem a ético-profissional pela perfeita execução (art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).
Da liquidação e do pagamento
7.8 A liquidação ocorrerá em até (...) dias úteis contados do recebimento definitivo e da apresentação da nota fiscal, e o pagamento em até (...) dias úteis contados da liquidação, observada a ordem cronológica de pagamentos (art. 141 da Lei nº 14.133/2021).
Informe prazos que, somados, deixem claro o prazo máximo total entre a execução e o pagamento.
7.9 A nota fiscal deverá conter número do empenho, dados bancários, data de emissão, dados do contrato e do órgão, período de execução, valor a pagar e destaque das retenções tributárias cabíveis, inclusive as previdenciárias quando incidentes. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo ficará suspenso até a regularização, sem ônus ao Município.
7.10 Antes do pagamento será verificada a manutenção das condições de habilitação (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021). Constatada irregularidade, o contratado será notificado para regularizá-la no prazo fixado, sob pena das sanções cabíveis e da extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021).
7.11 O pagamento será feito por ordem bancária na conta indicada pelo contratado. Ocorrendo atraso por culpa exclusiva do Município, o valor será atualizado monetariamente pelo índice (...), pro rata die, entre a data do adimplemento e a do efetivo pagamento (art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021).
7.12 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.
Do reajuste
7.13 Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado (data-base: __/__/____). Após esse prazo, poderão ser reajustados pelo índice (...), mediante apostila (art. 25, § 7º, e art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 19 do Decreto Municipal nº 781/2025).
7.14 A revisão de preços para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro observará o art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021, com resposta do Município em até (...) dias úteis (art. 92, XI, da Lei nº 14.133/2021).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ART. 6º, XXIII, "H", DA LEI Nº 14.133/2021
8.1 O fornecedor será selecionado por licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento (menor preço / maior desconto), adjudicado conforme o item 3.2, e modo de disputa (aberto / aberto e fechado).
8.1.1 Participação de consórcio (art. 15 da Lei nº 14.133/2021): ( ) admitida, observado o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, com acréscimo de (10% a 30%) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação, dispensado o acréscimo se o consórcio for composto integralmente por ME/EPP (art. 15, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021) ( ) vedada, pelo seguinte motivo: (...)
Marcar só uma opção. Sem vedação justificada no processo, a participação em consórcio é admitida (art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021). O limite de empresas consorciadas só pode ser fixado no edital com justificativa técnica aprovada pela autoridade competente (art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).
8.2 Será verificada a exequibilidade das propostas, na forma do edital e do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
Tratamento diferenciado a ME/EPP
8.3 Em cumprimento à Lei Municipal nº 3.042/2025, ao art. 52 do Decreto Municipal nº 781/2025 e aos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, serão aplicados, conforme a coluna "Participação" do item 1.2:
a) participação exclusiva de ME/EPP e equiparados nos itens ou lotes de valor estimado de até R$ 80.000,00, considerado cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor do grupo ou lote (Lei Municipal nº 3.042/2025, arts. 3º, I, "a", e 9º e seu parágrafo único): itens ou lotes (...);
b) prazo para regularização da documentação fiscal e trabalhista, havendo restrição (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 6º).
8.3.1 Exceção (marcar somente se for o caso): a exclusividade não se aplica ao(s) item(ns) ou lote(s) (...), por (art. 5º da Lei Municipal nº 3.042/2025 ou art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006):
( ) menos de 3 (três) fornecedores ME/EPP competitivos sediados local ou regionalmente, conforme ETP, item 5.4 – quantidade identificada: (...); fonte e data da verificação: (...); motivação: (...) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, I);
( ) tratamento diferenciado não vantajoso para a Administração ou prejudicial ao conjunto do objeto, conforme (justificativa) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, II).
8.3.2 Prioridade a ME/EPP sediadas local ou regionalmente (facultativa): ( ) não, pelo seguinte motivo: (...) ( ) sim, até 10% sobre o melhor preço válido, justificada em (...) (art. 8º da Lei Municipal nº 3.042/2025).
8.3.3 Os benefícios deste item não se aplicam quando superados os limites dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021; nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, considera-se o valor anual do contrato (art. 4º, § 3º, da mesma Lei).
A exceção à exclusividade ou à cota e o afastamento da prioridade local ou regional exigem motivação concreta nos autos; a simples marcação da opção não basta.
Habilitação
8.4 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira serão as do edital padronizado do Departamento de Compras e Licitações, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
8.5 Qualificação técnica:
( ) Atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto, limitado às parcelas de maior relevância (valor individual igual ou superior a 4% do total estimado) e a quantitativos mínimos de até 50% dessas parcelas, vedadas limitações de tempo e de locais específicos (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021). Parcelas de maior relevância: (...)
( ) Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando exigido por lei: (...)
( ) Não será exigida qualificação técnica, pela baixa complexidade do serviço: (justificativa)
8.6 Será admitido o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo. O licitante disponibilizará, quando solicitado, as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados.
8.7 Será exigida declaração unificada do licitante, conforme modelo do edital, subscrita por seu representante legal, incluindo declaração de que a proposta compreende integralmente os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "I", DA LEI Nº 14.133/2021
9.1 Valor estimado da contratação (art. 24 da Lei nº 14.133/2021): ( ) orçamento não sigiloso: valor máximo estimado de R$ (...) (por extenso) ( ) orçamento sigiloso até a fase de julgamento das propostas, constando o valor de anexo classificado, sem divulgação neste TR. Justificativa do sigilo: (...)
9.2 A metodologia de estimativa segue o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 628/2024, e está demonstrada no Anexo (...) – Mapa de Formação de Preços, assinado pelo responsável pela pesquisa de preços (art. 10 do Decreto Municipal nº 628/2024).
9.3 Se o orçamento for sigiloso, o sigilo não prevalece para os órgãos de controle interno e externo, e serão divulgados o detalhamento dos quantitativos e as demais informações necessárias à elaboração das propostas (art. 24, caput e I, da Lei nº 14.133/2021).
O sigilo do orçamento não é admitido quando o critério de julgamento for maior desconto: nesse caso, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ART. 6º, XXIII, "J", DA LEI Nº 14.133/2021
10.1 As despesas correrão à conta da dotação (órgão/unidade, funcional programática, elemento de despesa e fonte), indicada em parecer contábil.
Se houver registro de preços (item 1.6), informar que a dotação será indicada no momento de cada contratação, em parecer contábil.
10.2 A dotação relativa aos exercícios seguintes será indicada após a aprovação da respectiva lei orçamentária, se a vigência ultrapassar o exercício (art. 105 da Lei nº 14.133/2021).

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES
11.1 São obrigações do Município: fornecer as informações e o acesso necessários à execução; acompanhar e fiscalizar a execução; comunicar por escrito falhas ou irregularidades; receber o objeto e efetuar o pagamento nos prazos fixados.
11.2 São obrigações do contratado: executar os serviços conforme este TR, com pessoal qualificado e em número suficiente; manter preposto; reparar às suas expensas os vícios e defeitos verificados; arcar com tributos e encargos; manter durante toda a execução as condições de habilitação; responder pelos danos causados ao Município ou a terceiros; observar as normas de segurança e saúde do trabalho.
12. SANÇÕES
12.1 O descumprimento das obrigações sujeitará o contratado às sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, na forma do edital e do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
(...)

14. IDENTIFICAÇÃO

Jaguariaíva, ____ de _____ de _____.

_____
Responsável pela elaboração do TR
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável pela pesquisa de preços (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável técnico (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência.

_____
Secretário(a) Municipal de _____

ANEXO V

ORIENTAÇÕES
✓ Texto em cor preta: texto padrão do modelo e opções a escolher.
✓ Texto em fonte vermelha com realce amarelo: campo a preencher ou orientação. Substituir pelo conteúdo da contratação ou apagar antes de enviar.
✓ Opções: manter só a escolhida, marcada com X (ou as pertinentes, se a nota do item permitir mais de uma). Apagar os subitens de opção não escolhida.
✓ Nenhum outro item pode ser suprimido. Se não se aplicar, escrever "Não se aplica" e justificar em uma frase. O texto padrão pode ser adaptado ao objeto, com justificativa nos autos.
✓ A não utilização deste modelo deve ser justificada por escrito e juntada ao processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).
✓ Use sempre a versão vigente publicada no sítio eletrônico oficial do Município. Este documento: Anexo V – Modelo de TR para serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, versão 1.1, de __/__/2026.

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Prestação de serviços contínuos SEM dedicação exclusiva de mão de obra

Órgão requisitante	Secretaria Municipal de (...)
Objeto	(...) (objeto resumido, como consta do ETP)

Use este modelo para serviços contínuos prestados sem alocação exclusiva de empregados ao Município (art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021). Ex.: manutenção preventiva de equipamentos, coleta de resíduos de saúde, dedetização periódica. Serviços com predominância de mão de obra, ainda que sem dedicação exclusiva, usam este modelo com a repactuação do item 7.13 (art. 135 da Lei nº 14.133/2021). Obras e serviços de engenharia exigem, além do TR, o anteprojeto, o projeto básico ou o projeto executivo. Conteúdo mínimo: art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021. Este modelo é para licitação na modalidade pregão eletrônico; não usar para contratação direta (para as dispensas do art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021, ver o Anexo VII) nem para serviços de tecnologia da informação. Transcrever neste TR os itens essenciais do ETP (necessidade, quantitativos, requisitos da contratação, solução e parcelamento), sem mera remissão ao item; o ETP permanece nos autos e não integra o TR como anexo. A transcrição deve reproduzir fielmente o ETP aprovado; havendo divergência entre ETP, TR, edital e contrato, corrigir antes da publicação, sem repetir a mesma cláusula com redações diferentes.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "A", DA LEI Nº 14.133/2021
1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de (...), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
1.2 Itens e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PARTICIPAÇÃO
1	(...)		serviço, hora, m², mês...		Ampla / Exclusivo ME-EPP
2					
...					

Na coluna PARTICIPAÇÃO, indicar para cada item ou lote: ampla participação ou exclusiva para ME/EPP (valor estimado de até R$ 80.000,00), conforme o item 8.3.

1.3 O objeto é de natureza comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado (art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 54, § 2º, do Decreto Municipal nº 781/2025), pelos seguintes motivos (transcrever do ETP, item 3.2): (...)
A natureza comum decorre da declaração do setor técnico demandante (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 54, § 2º; DOD, item 6.2; ETP, item 3.2). Se o objeto for declarado especial, este modelo não se aplica, pois o pregão não é cabível (art. 54, § 1º, do mesmo decreto); consultar a Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações.
1.4 O serviço é classificado como contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra (art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021), pois (justificar a necessidade permanente ou prolongada para a manutenção da atividade administrativa; p. ex., indicar o efeito da interrupção).
1.5 O prazo de vigência do contrato é de (até 5 anos), contado da (...), prorrogável sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja previsão em edital, a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos e haja disponibilidade de créditos orçamentários (arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021). Se o prazo inicial for superior a 1 (um) ano, a vantagem econômica da contratação plurianual é a seguinte (transcrever do ETP, item 3.9): (...)
A vigência plurianual deve ser justificada no ETP (art. 106, I, da Lei nº 14.133/2021). A Administração pode extinguir o contrato sem ônus na data de aniversário quando não houver crédito orçamentário ou o contrato deixar de ser vantajoso (art. 106, III, da Lei nº 14.133/2021).
1.6 Registro de preços: ( ) NÃO ( ) SIM, justificado por (...) (art. 86 do Decreto Municipal nº 781/2025). Marcando SIM, aplicam-se também os itens 1.6.1 a 1.6.6.
1.6.1 Quantidade máxima registrada por item, indicada na coluna QUANT. do item 1.2 (art. 82, I, da Lei nº 14.133/2021), e quantidade mínima a cotar, por unidade de medida: (...) (art. 82, II, da Lei nº 14.133/2021). Preços diferenciados por local de execução (art. 82, III, da Lei nº 14.133/2021): ( ) não ( ) sim, por (...).
1.6.2 A adjudicação será por item ou, se demonstrada a inviabilidade da adjudicação por item e evidenciada a vantagem técnica e econômica, por grupo de itens, conforme o item 3.2 (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
1.6.3 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração e comprovada a vantajosidade dos preços (art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 88 do Decreto Municipal nº 781/2025). Na prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo registrado, limitado ao quantitativo original acrescido de eventual aditivo do primeiro ano, sem acumulação de saldos entre os períodos, e os limites de adesão serão restabelecidos (art. 88, §§ 1º a 3º, do mesmo decreto). Os contratos decorrentes terão vigência de (...), contada de (...), conforme definido na ata (art. 84, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).
1.6.4 Adesão à ata por órgãos não participantes:
( ) Não será admitida, pelo seguinte motivo: (...)
( ) Será admitida, observado o art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei nº 14.133/2021: justificativa da vantagem da adesão, compatibilidade dos preços com o mercado, aceitação prévia do gerenciador e do fornecedor, limite de 50% dos quantitativos registrados por órgão (§ 4º) e, na totalidade, do dobro do quantitativo de cada item (§ 5º). A adesão dependerá, ainda, de manifestação do gerenciador de que não comprometerá o atendimento dos participantes nem a capacidade de fornecimento do detentor da ata.
Marcar só uma opção. A decisão deve ser coerente em todo o processo (edital, ata e TR).
1.6.5 Intenção de registro de preços: ( ) realizada em (...) ( ) dispensada, por ser o Município o único contratante (art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
1.6.6 Será incluído na ata, como cadastro de reserva, o licitante que aceitar cotar o serviço em preço igual ao do vencedor, na ordem de classificação, e o que mantiver sua proposta original (art. 82, VII e § 5º, VI, da Lei nº 14.133/2021). A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar; cada contratação será formalizada por contrato ou instrumento hábil (art. 95 da Lei nº 14.133/2021).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "B", DA LEI Nº 14.133/2021
2.1 A fundamentação da contratação é a seguinte:
Necessidade e resultado esperado: (...)
Quantitativos e memória de cálculo: (...)
Solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: (...)
Parcelamento, lotes ou grupo (motivos): (...)
Transcrever do ETP (itens 1, 4, 7 e 8), sem mera remissão ao item e apenas o que não for sigiloso (art. 6º, XXIII, "b", parte final, da Lei nº 14.133/2021). O ETP permanece nos autos e não integra este TR como anexo. Se o ETP foi dispensado (art. 13, § 3º, do Decreto Municipal nº 781/2025), preencher diretamente.
2.2 Plano de Contratações Anual: ( ) a contratação está prevista no PCA de (ano), item nº (...), e alinhada ao PPA e às leis orçamentárias do Município ( ) a contratação não está prevista no PCA; justificativa: (...)
2.3 Os serviços correspondem a atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, não inseridas nas atribuições de cargos efetivos do quadro do Município, observado o art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ART. 6º, XXIII, "C", DA LEI Nº 14.133/2021
3.1 Descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: conforme o item 2.1.
3.2 Forma de adjudicação: ( ) por item ( ) por lote/grupo ( ) global (vedada no registro de preços). Justificativa: conforme o item 2.1.
Serviços devem ser parcelados quando técnica e economicamente viável, considerando a responsabilidade técnica, o custo de administração de vários contratos e a economia de escala (art. 47 da Lei nº 14.133/2021). No registro de preços, a adjudicação é por item ou, demonstrada a inviabilidade e evidenciada a vantagem técnica e econômica, por grupo de itens (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "D", DA LEI Nº 14.133/2021
Transcrição dos requisitos da contratação do ETP (item 3): (...)
Se o ETP foi dispensado, descrever diretamente os requisitos. Os itens abaixo detalham cada requisito.
4.1 Critérios de sustentabilidade: ( ) (indicar os pertinentes ao serviço, ex.: produtos de limpeza biodegradáveis, destinação adequada de resíduos, economia de água e energia) ( ) não há critério específico além da legislação, conforme o ETP.
4.2 Vistoria prévia: ( ) Não se aplica ( ) Facultativa ( ) Exigida a declaração de que o licitante conhece o local e as condições de execução, sob pena de inabilitação, por ser imprescindível ao conhecimento pleno do objeto (art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021): (justificativa). Havendo vistoria, ela poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante (art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), e serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados (art. 63, § 4º, da Lei nº 14.133/2021). Agendamento: (contato e horários)
4.3 Subcontratação: ( ) Não é admitida ( ) Admitida para as parcelas (...), até o limite de (...)% do valor, mantida a responsabilidade integral do contratado (art. 122 da Lei nº 14.133/2021) ( ) Exigida a subcontratação de ME/EPP, com prioridade para as sediadas local ou regionalmente, em percentual mínimo de (...)% e máximo de (...)%, sem indicação de parcela ou empresa determinada e vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica (art. 12 da Lei Municipal nº 3.042/2025). Em

qualquer caso, é vedada a subcontratação nas hipóteses do art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.4 Garantia contratual (arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021): ( ) não será exigida ( ) será exigida no percentual de (...)% do valor anual do contrato (art. 98, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021), na modalidade escolhida pelo contratado: caução, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização (art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021). Seguro-garantia: apresentação em até (...) (mínimo de 1 mês, contado da homologação e anterior à assinatura – art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021). Justificativa da exigência e, se o percentual for superior a 5%, da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021): (...)

Até 5% do valor do contrato; até 10% com justificativa da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021).

4.5 Materiais, equipamentos e uniformes a serem fornecidos pelo contratado: ( ) Não se aplica ( ) Conforme relação do Anexo (...).

4.6 Transição contratual: ao final do contrato, o contratado deverá (p. ex., repassar informações, documentos, chaves, senhas e rotinas ao novo prestador ou ao Município, no prazo de ...; selecionar o que couber ao objeto).

4.7 Amostra, exame de conformidade e prova de conceito (art. 17, § 3º, da Lei nº 14.133/2021): ( ) NÃO serão exigidos ( ) SERÃO exigidos do licitante provisoriamente vencedor, após o julgamento das propostas ou dos lances, para (itens ou parcelas do serviço), no prazo de (...) dias úteis, no local (...). Critérios objetivos de aferição e responsável pela análise (servidor ou comissão): (...). Justificativa da necessidade: (transcrever do ETP, item 3.5)

A exigência é excepcional, deve constar do edital e seguir critérios objetivos de aceitação, sem margem de discricionariedade na análise. Para serviços, serve para comprovar a aderência da proposta ao TR (p. ex., demonstração de equipamento, de método ou de ferramenta). Combinar o procedimento e o prazo com o agente de contratação.

4.8 Garantia do serviço (art. 40, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021): ( ) apenas a garantia legal ( ) garantia contratual, complementar à legal, de (...) meses, contada do recebimento definitivo de cada serviço, etapa ou medição, abrangendo a nova execução, sem ônus ao Município, do serviço com vício ou defeito. Assistência ou manutenção posterior à execução: ( ) não se aplica ( ) (condições e prazo de atendimento) (transcrever do ETP, item 3.4).

A garantia legal decorre da legislação aplicável e do art. 119 da Lei nº 14.133/2021; a garantia contratual é o prazo adicional que o TR exigir. Não confundir com a garantia contratual de execução do item 4.4 (arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "E", DA LEI Nº 14.133/2021

5.1 Local e horário de execução: (endereço(s), dias e horários).

5.2 Início da execução: em até (...) dias úteis contados do recebimento da ordem de serviço.

5.3 Forma de execução: (descrever as rotinas, a periodicidade, a frequência e a metodologia; para serviços sob demanda, como será emitida cada ordem de serviço)

5.4 Os serviços serão prestados de forma contínua durante a vigência, conforme as rotinas descritas, cabendo ao contratado comunicar previamente qualquer interrupção.

5.5 O contratado designará formalmente preposto, aceito pelo Município, para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei nº 14.133/2021).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – ART. 6º, XXIII, "F", DA LEI Nº 14.133/2021

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 781/2025, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila (art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

6.3 As comunicações entre o Município e o contratado serão feitas por escrito sempre que o ato exigir, admitido o uso de mensagem eletrônica.

6.4 Após a assinatura do contrato, o Município poderá convocar o preposto para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, com as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis.

6.5 A execução será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências e determinarão o necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

6.6 O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, as situações que demandem decisão fora de sua competência, as ocorrências que possam inviabilizar a execução nos prazos e o término da vigência, com vistas à prorrogação tempestiva, se for o caso.

6.7 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado e acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, os apostilamentos e os termos aditivos.

6.8 O gestor coordenará o histórico de gerenciamento do contrato, emitirá documento de avaliação do desempenho do contratado e tomará as providências para instauração de processo de responsabilização, quando cabível (art. 158 da Lei nº 14.133/2021).

6.9 O gestor elaborará relatório final sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação.

6.10 Agentes indicados para a gestão e fiscalização, a serem designados por ato próprio:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Gestor		
Fiscal		
Fiscal substituto		

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO – ART. 6º, XXIII, "G", DA LEI Nº 14.133/2021

Da medição

7.1 Os serviços serão medidos mensalmente, com base (nas rotinas ou visitas efetivamente realizadas / nas ordens de serviço executadas / nas quantidades efetivamente realizadas).

7.2 Instrumento de Medição de Resultado (IMR): ( ) Não será adotado ( ) Será adotado conforme Anexo (...), com indicadores, metas e faixas de ajuste no pagamento.

O IMR vincula o pagamento à qualidade do serviço. Os indicadores devem decorrer dos resultados pretendidos no ETP e ser objetivos e mensuráveis.

7.3 Serviços não executados, executados em desacordo com o TR ou abaixo dos níveis exigidos serão glosados, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Do recebimento

7.4 O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021), em até (...) dias úteis da comunicação de conclusão da medição mensal.

7.5 O objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, I, "b", da Lei nº 14.133/2021), em até (...) dias úteis do recebimento provisório.

7.6 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

7.7 Havendo controvérsia sobre a execução, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com pagamento da parcela incontroversa. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço nem a ético-profissional pela perfeita execução (art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

Da liquidação e do pagamento

7.8 A liquidação ocorrerá em até (...) dias úteis contados do recebimento definitivo e da apresentação da nota fiscal, e o pagamento em até (...) dias úteis contados da liquidação, observada a ordem cronológica de pagamentos (art. 141 da Lei nº 14.133/2021).

Informe prazos que, somados, deixem claro o prazo máximo total entre a execução e o pagamento.

7.9 A nota fiscal deverá conter número do empenho, dados bancários, data de emissão, dados do contrato e do órgão, período de execução, valor a pagar e destaque das retenções tributárias cabíveis, inclusive as previdenciárias quando incidentes. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo ficará suspenso até a regularização, sem ônus ao Município.

7.10 Antes do pagamento será verificada a manutenção das condições de habilitação (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021). Constatada irregularidade, o contratado será notificado para regularizá-la no prazo fixado, sob pena das sanções cabíveis e da extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021).

7.11 O pagamento será feito por ordem bancária na conta indicada pelo contratado. Ocorrendo atraso por culpa exclusiva do Município, o valor será atualizado monetariamente pelo índice (...), pro rata die, entre a data do adimplemento e a do efetivo pagamento (art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021).

7.12 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

Do reajuste

7.13 Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado (data-base: __/__/____). Após esse prazo (art. 25, § 8º, e art. 92, § 4º, da Lei nº 14.133/2021):

( ) sem predominância de mão de obra: poderão ser reajustados em sentido estrito pelo índice (...), mediante apostila (art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 19 do Decreto Municipal nº 781/2025);

( ) com predominância de mão de obra: os preços serão repactuados, a pedido do contratado, mediante demonstração analítica da variação dos custos em planilha, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado: I – da data da convenção, acordo ou dissídio coletivo a que a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra; II – da data da apresentação da proposta, para os demais custos decorrentes do mercado (art. 135 da Lei nº 14.133/2021), com formalização por apostila (art. 136, I, e art. 19 do Decreto Municipal nº 781/2025).

Marcar só uma opção, conforme a classificação do ETP, item 3.7.

7.14 A revisão de preços para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro observará o art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021, com resposta do Município em até (...) dias úteis (art. 92, XI, da Lei nº 14.133/2021).

7.15 Na repactuação, o Município responderá ao pedido em até (...) (preferencialmente 1 (um) mês – art. 92, X e § 6º, da Lei nº 14.133/2021).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ART. 6º, XXIII, "H", DA LEI Nº 14.133/2021

8.1 O fornecedor será selecionado por licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento (menor preço / maior desconto), adjudicado conforme o item 3.2, e modo de disputa (aberto / aberto e fechado).

8.1.1 Participação de consórcio (art. 15 da Lei nº 14.133/2021): ( ) admitida, observado o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, com acréscimo de (10% a 30%) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação, dispensado o acréscimo se o consórcio for composto integralmente por ME/EPP (art. 15, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021) ( ) vedada, pelo seguinte motivo: (...)

Marcar só uma opção. Sem vedação justificada no processo, a participação em consórcio é admitida (art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021). O limite de empresas consorciadas só pode ser fixado no edital com justificativa técnica aprovada pela autoridade competente (art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

8.2 Será verificada a exequibilidade das propostas, na forma do edital e do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Tratamento diferenciado a ME/EPP

8.3 Em cumprimento à Lei Municipal nº 3.042/2025, ao art. 52 do Decreto Municipal nº 781/2025 e aos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, serão aplicados, conforme a coluna "Participação" do item 1.2:

a) participação exclusiva de ME/EPP e equiparados nos itens ou lotes de valor estimado de até R$ 80.000,00, considerado cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor do grupo ou lote (Lei Municipal nº 3.042/2025, arts. 3º, I, "a", e 9º e seu parágrafo único); itens ou lotes (...); b) prazo para regularização da documentação fiscal e trabalhista, havendo restrição (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 6º).

8.3.1 Exceção (marcar somente se for o caso): a exclusividade não se aplica ao(s) item(ns) ou lote(s) (...), por (art. 5º da Lei Municipal nº 3.042/2025 ou art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006):

( ) menos de 3 (três) fornecedores ME/EPP competitivos sediados local ou regionalmente, conforme ETP, item 5.4 – quantidade identificada: (...); fonte e data da verificação: (...); motivação: (...) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, I);

( ) tratamento diferenciado não vantajoso para a Administração ou prejudicial ao conjunto do objeto, conforme (justificativa) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, II).

8.3.2 Prioridade a ME/EPP sediadas local ou regionalmente (facultativa): ( ) não, pelo seguinte motivo: (...) ( ) sim, até 10% sobre o melhor preço válido, justificada em (...) (art. 8º da Lei Municipal nº 3.042/2025).

8.3.3 Os benefícios deste item não se aplicam quando superados os limites dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021; nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, considera-se o valor anual do contrato (art. 4º, § 3º, da mesma Lei).

A exceção à exclusividade ou à cota e o afastamento da prioridade local ou regional exigem motivação concreta nos autos; a simples marcação da opção não basta.

Habilitação

8.4 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira serão as do edital padronizado do Departamento de Compras e Licitações, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 Qualificação técnica:

( ) Atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto, limitado às parcelas de maior relevância (valor individual igual ou superior a 4% do total estimado) e a quantitativos mínimos de até 50% dessas parcelas, vedadas limitações de tempo e de locais específicos (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021). Parcelas de maior relevância: (...)

( ) Comprovação de execução de serviços similares por prazo mínimo de (...), não superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

( ) Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando exigido por lei: (...)

( ) Não será exigida qualificação técnica, pela baixa complexidade do serviço: (justificativa)

8.6 Será admitido o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo. O licitante disponibilizará, quando solicitado, as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados.

8.7 Será exigida declaração unificada do licitante, conforme modelo do edital, subscrita por seu representante legal, incluindo declaração de que a proposta compreende integralmente os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "I", DA LEI Nº 14.133/2021

9.1 Valor estimado da contratação (art. 24 da Lei nº 14.133/2021): ( ) orçamento não sigiloso: valor máximo estimado de R$ (...) (por extenso), correspondente a (...) meses de execução ( ) orçamento sigiloso até a fase de julgamento das propostas, constando o valor de anexo classificado, sem divulgação neste TR. Justificativa do sigilo: (...)

9.2 A metodologia de estimativa segue o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 628/2024, e está demonstrada no Anexo (...) – Mapa de Formação de Preços, assinado pelo responsável pela pesquisa de preços (art. 10 do Decreto Municipal nº 628/2024).

9.3 Se o orçamento for sigiloso, o sigilo não prevalece para os órgãos de controle interno e externo, e serão divulgados o detalhamento dos quantitativos e as demais informações necessárias à elaboração das propostas (art. 24, caput e I, da Lei nº 14.133/2021).

O sigilo do orçamento não é admitido quando o critério de julgamento for maior desconto: nesse caso, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ART. 6º, XXIII, "J", DA LEI Nº 14.133/2021

10.1 As despesas correrão à conta da dotação (órgão/unidade, funcional programática, elemento de despesa e fonte), indicada em parecer contábil.

Se houver registro de preços (item 1.6), informar que a dotação será indicada no momento de cada contratação, em parecer contábil.

10.2 A dotação relativa aos exercícios seguintes será indicada após a aprovação da respectiva lei orçamentária, observado o art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 São obrigações do Município: fornecer as informações e o acesso necessários à execução; acompanhar e fiscalizar a execução; comunicar por escrito falhas ou irregularidades; receber o objeto e efetuar o pagamento nos prazos fixados.

11.2 São obrigações do contratado: executar os serviços conforme este TR, com pessoal qualificado e em número suficiente; manter preposto; reparar às suas expensas os vícios e defeitos verificados; arcar com tributos e encargos; manter durante toda a execução as condições de habilitação; responder pelos danos causados ao Município ou a terceiros; observar as normas de segurança e saúde do trabalho.

12. SANÇÕES

12.1 O descumprimento das obrigações sujeitará o contratado às sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, na forma do edital e do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(...)

14. IDENTIFICAÇÃO

Jaguariaíva, ____ de _____ de _____.

_____
Responsável pela elaboração do TR
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável pela pesquisa de preços (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável técnico (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência.

_____
Secretário(a) Municipal de _____

ANEXO VI

ORIENTAÇÕES

✓ Texto em cor preta: texto padrão do modelo e opções a escolher.

✓ Texto em fonte vermelha com realce amarelo: campo a preencher ou orientação. Substituir pelo conteúdo da contratação ou apagar antes de enviar.

✓ Opções: manter só a escolhida, marcada com X (ou as pertinentes, se a nota do item permitir mais de uma). Apagar os subitens de opção não escolhida.

✓ Nenhum outro item pode ser suprimido. Se não se aplicar, escrever "Não se aplica" e justificar em uma frase. O texto padrão pode ser adaptado ao objeto, com justificativa nos autos.

✓ A não utilização deste modelo deve ser justificada por escrito e juntada ao processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

✓ Use sempre a versão vigente publicada no sítio eletrônico oficial do Município. Este documento: Anexo VI – Modelo de TR para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, versão 1.1, de __/__/2026.

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Prestação de serviços contínuos COM dedicação exclusiva de mão de obra

Órgão requisitante	Secretaria Municipal de (...)
Objeto	(...) (objeto resumido, como consta do ETP)

Use este modelo quando os empregados da contratada ficarem à disposição exclusiva do Município, sem compartilhamento com outros contratos, e com fiscalização da distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos (art. 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021). Ex.: limpeza, vigilância, portaria, recepção, copeiragem. Obras e serviços de engenharia exigem, além do TR, o anteprojeto, o projeto básico ou o projeto executivo. Conteúdo mínimo: art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021. Este modelo é para licitação na modalidade pregão eletrônico; não usar para contratação direta (para as dispensas do art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021, ver o Anexo VII) nem para serviços de tecnologia da informação. Transcrever neste TR os itens essenciais do ETP (necessidade, quantitativos, requisitos da contratação, solução e parcelamento), sem mera remissão ao item; o ETP permanece nos autos e não integra o TR como anexo. A transcrição deve reproduzir fielmente o ETP aprovado; havendo divergência entre ETP, TR, edital e contrato, corrigir antes da publicação, sem repetir a mesma cláusula com redações diferentes.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "A", DA LEI Nº 14.133/2021

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de (...), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Itens e quantidades:

ITEM	POSTO/FUNÇÃO	CBO	JORNADA	QUANT. (Nº DE POSTOS)	LOCAL	PARTICIPAÇÃO
1	(...)		ex.: 44h semanais			Ampla / Exclusivo ME-EPP
2						
...						

Na coluna PARTICIPAÇÃO, indicar para cada item ou lote: ampla participação ou exclusiva para ME/EPP (valor estimado de até R$ 80.000,00, considerado o valor anual nas contratações com vigência superior a 1 ano), conforme o item 8.3.

1.3 O objeto é de natureza comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado (art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 54, § 2º, do Decreto Municipal nº 781/2025), pelos seguintes motivos (transcrever do ETP, item 3.2): (...)

A natureza comum decorre da declaração do setor técnico demandante (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 54, § 2º; DOD, item 6.2; ETP, item 3.2). Se o objeto for declarado especial, este modelo não se aplica, pois o pregão não é cabível (art. 54, § 1º, do mesmo decreto); consultar a Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações.

1.4 O serviço é classificado como contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (art. 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021), pois (justificar a necessidade permanente ou prolongada para a manutenção da atividade administrativa; p. ex., indicar o efeito da interrupção).

1.5 O prazo de vigência do contrato é de (até 5 anos), contado da (...), prorrogável sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja previsão em edital, a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos e haja disponibilidade de créditos orçamentários (arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021). Se o prazo inicial for superior a 1 (um) ano, a vantagem econômica da contratação plurianual é a seguinte (transcrever do ETP, item 3.9): (...)

A vigência plurianual deve ser justificada no ETP (art. 106, I, da Lei nº 14.133/2021). A Administração pode extinguir o contrato sem ônus na data de aniversário quando não houver crédito orçamentário ou o contrato deixar de ser vantajoso (art. 106, III, da Lei nº 14.133/2021).

1.6 Registro de preços: ( ) NÃO ( ) SIM, justificado por (...) (art. 86 do Decreto Municipal nº 781/2025). Marcando SIM, aplicam-se também os itens 1.6.1 a 1.6.6.

1.6.1 Quantidade máxima registrada por item, indicada na coluna QUANT. do item 1.2 (art. 82, I, da Lei nº 14.133/2021), e quantidade mínima a cotar, por unidade de medida: (...) (art. 82, II, da Lei nº 14.133/2021). Preços diferenciados por local de execução (art. 82, III, da Lei nº 14.133/2021): ( ) não ( ) sim, por (...).

1.6.2 A adjudicação será por item ou, se demonstrada a inviabilidade da adjudicação por item e evidenciada a vantagem técnica e econômica, por grupo de itens, conforme o item 3.2 (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

1.6.3 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração e comprovada a vantajosidade dos preços (art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 88 do Decreto Municipal nº 781/2025). Na prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo registrado, limitado ao quantitativo original acrescido de eventual aditivo do primeiro ano, sem acumulação de saldos entre os períodos, e os limites de adesão serão restabelecidos (art. 88, §§ 1º a 3º, do mesmo decreto). Os contratos decorrentes terão vigência de (...), contada de (...), conforme definido na ata (art. 84, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

1.6.4 Adesão à ata por órgãos não participantes:

( ) Não será admitida, pelo seguinte motivo: (...)

( ) Será admitida, observado o art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei nº 14.133/2021: justificativa da vantagem da adesão, compatibilidade dos preços com o mercado, aceitação prévia do gerenciador e do fornecedor, limite de 50% dos quantitativos registrados por órgão (§ 4º) e, na totalidade, do dobro do quantitativo de cada item (§ 5º). A adesão dependerá, ainda, de manifestação do gerenciador de que não comprometе o atendimento dos participantes nem a capacidade de fornecimento do detentor da ata.

Marcar só uma opção. A decisão deve ser coerente em todo o processo (edital, ata e TR).

1.6.5 Intenção de registro de preços: ( ) realizada em (...) ( ) dispensada, por ser o Município o único contratante (art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

1.6.6 Será incluído na ata, como cadastro de reserva, o licitante que aceitar cotar o serviço em preço igual ao do vencedor, na ordem de classificação, e o que mantiver sua proposta original (art. 82, VII e § 5º, VI, da Lei nº 14.133/2021). A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar; cada contratação será formalizada por contrato ou instrumento hábil (art. 95 da Lei nº 14.133/2021).

O registro de preços é pouco usual em serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Se adotado, o ETP justificará especificamente: a incerteza da demanda e a possibilidade de contratação futura; a ausência de obrigação de contratar; a compatibilidade entre os postos registrados e a demanda variável; a preservação dos direitos trabalhistas e dos mecanismos do art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021; a metodologia de formação de preços com base no instrumento coletivo aplicável; e a vigência dos contratos decorrentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "B", DA LEI Nº 14.133/2021

2.1 A fundamentação da contratação é a seguinte:

Necessidade e resultado esperado: (...)

Quantitativos e memória de cálculo: (...)

Solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: (...)

Parcelamento, lotes ou grupo (motivos): (...)

Transcrever do ETP (itens 1, 4, 7 e 8), sem mera remissão ao item e apenas o que não for sigiloso (art. 6º, XXIII, "b", parte final, da Lei nº 14.133/2021). O ETP permanece nos autos e não integra este TR como anexo. Se o ETP foi dispensado (art. 13, § 3º, do Decreto Municipal nº 781/2025), preencher diretamente.

2.2 Plano de Contratações Anual: ( ) a contratação está prevista no PCA de (ano), item nº (...), e alinhada ao PPA e às leis orçamentárias do Município ( ) a contratação não está prevista no PCA; justificativa: (...)

2.3 Os serviços correspondem a atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, não inseridas nas atribuições de cargos efetivos do quadro do Município, observado o art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ART. 6º, XXIII, "C", DA LEI Nº 14.133/2021

3.1 Descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: conforme o item 2.1.

3.2 Forma de adjudicação: ( ) por item ( ) por lote/grupo ( ) global (vedada no registro de preços). Justificativa: conforme o item 2.1.

Serviços devem ser parcelados quando técnica e economicamente viável, considerando a responsabilidade técnica, o custo de administração de vários contratos e a economia de escala (art. 47 da Lei nº 14.133/2021). No registro de preços, a adjudicação é por item ou, demonstrada a inviabilidade e evidenciada a vantagem técnica e econômica, por grupo de itens (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "D", DA LEI Nº 14.133/2021

Transcrição dos requisitos da contratação do ETP (item 3): (...)

Se o ETP foi dispensado, descrever diretamente os requisitos. Os itens abaixo detalham cada requisito.

4.1 Critérios de sustentabilidade: ( ) (indicar os pertinentes ao serviço, ex.: produtos de limpeza biodegradáveis, destinação adequada de resíduos, economia de água e energia) ( ) não há critério específico além da legislação, conforme o ETP.

4.2 Vistoria prévia: ( ) Não se aplica ( ) Facultativa ( ) Exigida a declaração de que o licitante conhece o local e as condições de execução, sob pena de inabilitação, por ser imprescindível ao conhecimento pleno do objeto (art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021): (justificativa). Havendo vistoria, ela poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante (art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), e serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados (art. 63, § 4º, da Lei nº 14.133/2021). Agendamento: (contato e horários).

4.3 Subcontratação: ( ) Não é admitida ( ) Admitida para as parcelas (...), até o limite de (...)% do valor, mantida a responsabilidade integral do contratado (art. 122 da Lei nº 14.133/2021) ( ) Exigida a subcontratação de ME/EPP, com prioridade para as sediadas local ou regionalmente, em percentual mínimo de (...)% e máximo de (...)%, sem indicação de parcela ou empresa determinada e vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica (art. 12 da Lei Municipal nº 3.042/2025). Em qualquer caso, é vedada a subcontratação nas hipóteses do art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.4 Garantia contratual (arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021): ( ) não será exigida ( ) será exigida no percentual de (...)% do valor anual do contrato (art. 98, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021), com cobertura também para verbas rescisórias inadimplidas (art. 121, § 3º, I, da Lei nº 14.133/2021), na modalidade escolhida pelo contratado entre caução, fiança bancária ou seguro-garantia (art. 121, § 3º, I, da Lei nº 14.133/2021), não admitido o título de capitalização para essa cobertura. Seguro-garantia: apresentação em até (...) (mínimo de 1 mês, contado da homologação e anterior à assinatura – art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021). Justificativa da exigência e, se o percentual for superior a 5%, da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021): (...)

Até 5% do valor do contrato; até 10% com justificativa da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021).

4.5 Materiais, equipamentos e uniformes a serem fornecidos pelo contratado: ( ) Não se aplica ( ) Conforme relação do Anexo (...).

4.6 Transição contratual: ao final do contrato, o contratado deverá (p. ex., repassar informações, documentos, chaves, senhas e rotinas ao novo prestador ou ao Município, no prazo de ...; selecionar o que couber ao objeto).

Mão de obra

4.7 Os profissionais alocados deverão possuir a seguinte qualificação mínima: (p. ex., escolaridade, cursos, habilitação (CNH) e certificações, apenas quando exigidos por norma ou necessários ao objeto, com justificativa no ETP).

4.8 Os salários e benefícios observarão, no mínimo, a convenção ou o acordo coletivo da categoria (identificar o instrumento coletivo e o sindicato), vedada a fixação, pela Administração, de salário inferior ao definido em lei ou norma coletiva (art. 48, II, da Lei nº 14.133/2021), e sem vinculação da Administração às cláusulas descritas no art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Amostra e garantia do serviço

4.9 Amostra, exame de conformidade e prova de conceito (art. 17, § 3º, da Lei nº 14.133/2021): ( ) NÃO serão exigidos ( ) SERÃO exigidos do licitante provisoriamente vencedor, após o julgamento das propostas ou dos lances, para (itens ou parcelas do serviço), no prazo de (...) dias úteis, no local (...). Critérios objetivos de aferição e responsável pela análise (servidor ou comissão): (...). Justificativa da necessidade: (transcrever do ETP, item 3.5)

A exigência é excepcional, deve constar do edital e seguir critérios objetivos de aceitação, sem margem de discricionariedade na análise. Para serviços, serve para comprovar a aderência da proposta ao TR (p. ex., demonstração de equipamento, de método ou de ferramenta). Combinar o procedimento e o prazo com o agente de contratação.

4.10 Garantia do serviço (art. 40, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021): ( ) apenas a garantia legal ( ) garantia contratual, complementar à legal, de (...) meses, contada do recebimento definitivo de cada serviço, etapa ou medição, abrangendo a nova execução, sem ônus ao Município, do serviço com vício ou defeito. Assistência ou manutenção posterior à execução: ( ) não se aplica ( ) (condições e prazo de atendimento) (transcrever do ETP, item 3.4).

A garantia legal decorre da legislação aplicável e do art. 119 da Lei nº 14.133/2021; a garantia contratual é o prazo adicional que o TR exigir. Não confundir com a garantia contratual de execução do item 4.4 (arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "E", DA LEI Nº 14.133/2021

5.1 Local e horário de execução: (endereço(s), dias e horários).

5.2 Início da execução: em até (...) dias úteis contados do recebimento da ordem de serviço.

5.3 Forma de execução: (descrever as rotinas, a periodicidade, a frequência e a metodologia; para serviços sob demanda, como será emitida cada ordem de serviço)

5.4 Os serviços serão prestados de forma contínua durante a vigência, conforme as rotinas descritas, cabendo ao contratado comunicar previamente qualquer interrupção.

5.5 O contratado designará formalmente preposto, aceito pelo Município, para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei nº 14.133/2021).

5.6 O contratado deverá manter o efetivo de postos contratado, providenciando a substituição imediata de empregados em faltas, férias e afastamentos, sem ônus adicional ao Município.

5.7 O controle de frequência dos empregados é de responsabilidade do contratado, que o apresentará à fiscalização junto com a medição mensal.

5.8 É vedado à Administração e a seus agentes, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021: indicar pessoas para executar o objeto; estabelecer vínculo de subordinação com empregado do contratado; definir pagamento mediante exclusivo reembolso de salários; demandar tarefas fora do escopo do contrato; e intervir indevidamente na gestão interna do contratado.

5.9 Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Município ou de agente público que atue na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – ART. 6º, XXIII, "F", DA LEI Nº 14.133/2021

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 781/2025, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila (art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

6.3 As comunicações entre o Município e o contratado serão feitas por escrito sempre que o ato exigir, admitido o uso de mensagem eletrônica.

6.4 Após a assinatura do contrato, o Município poderá convocar o preposto para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, com as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis.

6.5 A execução será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências e determinarão o necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

6.6 O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, as situações que demandem decisão fora de sua competência, as ocorrências que possam inviabilizar a execução nos prazos e o término da vigência, com vistas à prorrogação tempestiva, se for o caso.

6.7 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado e acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, os apostilamentos e os termos aditivos.

6.8 O gestor coordenará o histórico de gerenciamento do contrato, emitirá documento de avaliação do desempenho do contratado e tomará as providências para instauração de processo de responsabilização, quando cabível (art. 158 da Lei nº 14.133/2021).

6.9 O gestor elaborará relatório final sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação.

6.10 A fiscalização administrativa verificará mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS, podendo exigir a qualquer tempo os documentos previstos no art. 50 da Lei nº 14.133/2021, como registro de ponto; recibos de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e 13º salário; comprovantes de depósito do FGTS; recibos de férias e do respectivo adicional; quitação das obrigações dos empregados dispensados; e recibos de vale-transporte e vale-alimentação.

A fiscalização trabalhista é essencial: a Administração responde solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização (art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

6.11 Agentes indicados para a gestão e fiscalização, a serem designados por ato próprio:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Gestor		
Fiscal técnico		
Fiscal administrativo		
Fiscal substituto		

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO – ART. 6º, XXIII, "G", DA LEI Nº 14.133/2021

Da medição

7.1 Os serviços serão medidos mensalmente, com base (nos postos efetivamente cobertos / nas ordens de serviço executadas / nas quantidades efetivamente realizadas).

7.2 Instrumento de Medição de Resultado (IMR): ( ) Não será adotado ( ) Será adotado conforme Anexo (...), com indicadores, metas e faixas de ajuste no pagamento.

O IMR vincula o pagamento à qualidade do serviço. Os indicadores devem decorrer dos resultados pretendidos no ETP e ser objetivos e mensuráveis.

7.3 Serviços não executados, executados em desacordo com o TR ou abaixo dos níveis exigidos serão glosados, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Do recebimento

7.4 O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (art.

140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021), em até (...) dias úteis da comunicação de conclusão da medição mensal.

7.5 O objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, I, "b", da Lei nº 14.133/2021), em até (...) dias úteis do recebimento provisório.

7.6 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

7.7 Havendo controvérsia sobre a execução, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com pagamento da parcela incontroversa. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço nem a ético-profissional pela perfeita execução (art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

Da liquidação e do pagamento

7.8 A liquidação ocorrerá em até (...) dias úteis contados do recebimento definitivo e da apresentação da nota fiscal, e o pagamento em até (...) dias úteis contados da liquidação, observada a ordem cronológica de pagamentos (art. 141 da Lei nº 14.133/2021).

Informe prazos que, somados, deixem claro o prazo máximo total entre a execução e o pagamento.

7.9 O pagamento será condicionado à comprovação da quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato (art. 121, § 3º, II, da Lei nº 14.133/2021), mediante os documentos indicados pela fiscalização administrativa.

7.10 Para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, o Município adotará (marcar): ( ) depósito em conta vinculada dos valores de férias, 13º salário e verbas rescisórias (art. 121, § 3º, III, da Lei nº 14.133/2021); ( ) pagamento das verbas de férias, 13º salário, ausências legais e rescisórias somente na ocorrência do fato gerador (art. 121, § 3º, V, da Lei nº 14.133/2021).

7.10.1 Conta vinculada: conta-depósito bloqueada para movimentação, aberta em nome do contratado em instituição financeira oficial, uma para cada contrato, na qual o Município depositará mensalmente, por retenção do pagamento, as provisões de férias e terço constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa e respectivas incidências, nos percentuais da planilha de custos; os valores somente serão liberados mediante comprovação do pagamento dos respectivos eventos e, ao final do contrato, após a comprovação da quitação das verbas rescisórias, sendo o saldo remanescente liberado ao contratado.

7.10.2 Pagamento pelo fato gerador: as rubricas de férias, 13º salário, ausências legais e verbas rescisórias serão destacadas na planilha e pagas apenas quando comprovada a ocorrência do respectivo evento.

Manter apenas o subitem correspondente à opção marcada no item 7.10. Os procedimentos operacionais (instituição financeira, termo de cooperação, autorizações de movimentação) seguirão orientação da Superintendência de Governança em Aquisições e Contratações.

7.11 Em caso de inadimplemento das verbas trabalhistas, o Município poderá efetuar diretamente o seu pagamento, deduzindo os valores do pagamento devido ao contratado (art. 121, § 3º, IV, da Lei nº 14.133/2021).

7.12 A nota fiscal deverá conter número do empenho, dados bancários, data de emissão, dados do contrato e do órgão, período de execução, valor a pagar e destaque das retenções tributárias cabíveis, inclusive as previdenciárias quando incidentes. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo ficará suspenso até a regularização, sem ônus ao Município.

7.13 Antes do pagamento será verificada a manutenção das condições de habilitação (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021). Constatada irregularidade, o contratado será notificado para regularizá-la no prazo fixado, sob pena das sanções cabíveis e da extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021).

7.14 O pagamento será feito por ordem bancária na conta indicada pelo contratado. Ocorrendo atraso por culpa exclusiva do Município, o valor será atualizado monetariamente pelo índice (...), pro rata die, entre a data do adimplemento e a do efetivo pagamento (art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021).

7.15 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

Da repactuação e do reajuste

7.16 Os preços serão repactuados, a pedido do contratado, mediante demonstração analítica da variação dos custos em planilha, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado: I – da data da convenção, acordo ou dissídio coletivo a que a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra; II – da data da apresentação da proposta, para os demais custos decorrentes do mercado, como materiais e equipamentos (art. 25, § 8º, II, e art. 135 da Lei nº 14.133/2021). Não haverá reajuste por índice para os custos já sujeitos à repactuação.

7.17 A repactuação será formalizada por apostila (art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 19 do Decreto Municipal nº 781/2025). O Município responderá ao pedido em até (...) (preferencialmente 1 (um) mês – art. 92, X e § 6º, da Lei nº 14.133/2021).

7.18 A revisão de preços para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro observará o art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021, com resposta do Município em até (...) dias úteis (art. 92, XI, da Lei nº 14.133/2021).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ART. 6º, XXIII, "H", DA LEI Nº 14.133/2021

8.1 O fornecedor será selecionado por licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento (menor preço / maior desconto), adjudicado conforme o item 3.2, e modo de disputa (aberto / aberto e fechado).

8.1.1 Participação de consórcio (art. 15 da Lei nº 14.133/2021): ( ) admitida, observado o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, com acréscimo de (10% a 30%) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação, dispensado o acréscimo se o consórcio for composto integralmente por ME/EPP (art. 15, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021) ( ) vedada, pelo seguinte motivo: (...)

Marcar só uma opção. Sem vedação justificada no processo, a participação em consórcio é admitida (art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021). O limite de empresas consorciadas só pode ser fixado no edital com justificativa técnica aprovada pela autoridade competente (art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

8.2 Será verificada a exequibilidade das propostas, na forma do edital e do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, inclusive pela análise da planilha de custos e formação de preços apresentada pelo licitante.

Tratamento diferenciado a ME/EPP

8.3 Em cumprimento à Lei Municipal nº 3.042/2025, ao art. 52 do Decreto Municipal nº 781/2025 e aos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, serão aplicados, conforme a coluna "Participação" do item 1.2:

a) participação exclusiva de ME/EPP e equiparados nos itens ou lotes de valor estimado de até R$ 80.000,00, considerado cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor do grupo ou lote (Lei Municipal nº 3.042/2025, arts. 3º, I, "a", e 9º e seu parágrafo único): itens ou lotes (...);

b) prazo para regularização da documentação fiscal e trabalhista, havendo restrição (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 6º).

8.3.1 Exceção (marcar somente se for o caso): a exclusividade não se aplica ao(s) item(ns) ou lote(s) (...), por (art. 5º da Lei Municipal nº 3.042/2025 ou art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006):

( ) menos de 3 (três) fornecedores ME/EPP competitivos sediados local ou regionalmente, conforme ETP, item 5.4 – quantidade identificada: (...); fonte e data da verificação: (...); motivação: (...) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, I);

( ) tratamento diferenciado não vantajoso para a Administração ou prejudicial ao conjunto do objeto, conforme (justificativa) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, II).

8.3.2 Prioridade a ME/EPP sediadas local ou regionalmente (facultativa): ( ) não, pelo seguinte motivo: (...) ( ) sim, até 10% sobre o melhor preço válido, justificada em (...) (art. 8º da Lei Municipal nº 3.042/2025).

8.3.3 Os benefícios deste item não se aplicam quando superados os limites dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021; nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, considera-se o valor anual do contrato (art. 4º, § 3º, da mesma Lei).

A exceção à exclusividade ou à cota e o afastamento da prioridade local ou regional exigem motivação concreta nos autos; a simples marcação da opção não basta.

Habilitação

8.4 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira serão as do edital padronizado do Departamento de Compras e Licitações, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 Qualificação técnica:

( ) Atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto, limitado às parcelas de maior relevância (valor individual igual ou superior a 4% do total estimado) e a quantitativos mínimos de até 50% dessas parcelas, vedadas limitações de tempo e de locais específicos (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021). Parcelas de maior relevância: (...)

( ) Comprovação de execução de serviços similares por prazo mínimo de (...), não superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

( ) Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando exigido por lei: (...)

( ) Não será exigida qualificação técnica, pela baixa complexidade do serviço: (justificativa)

8.5.1 Será exigida a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B, III, da Lei nº 6.019/1974, conforme tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1118 da repercussão geral.

Conferir as faixas de capital social do art. 4º-B, III, da Lei nº 6.019/1974 vigentes na data do edital.

8.6 Será admitido o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo. O licitante disponibilizará, quando solicitado, as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados.

8.7 Será exigida declaração unificada do licitante, conforme modelo do edital, subscrita por seu representante legal, incluindo declaração de que a proposta compreende integralmente os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "I", DA LEI Nº 14.133/2021

9.1 Valor estimado da contratação (art. 24 da Lei nº 14.133/2021): ( ) orçamento não sigiloso: valor máximo estimado de R$ (...) (por extenso), correspondente a (...) meses de execução ( ) orçamento sigiloso até a fase de julgamento das propostas, constando o valor de anexo classificado, sem divulgação neste TR. Justificativa do sigilo: (...)

9.2 A metodologia de estimativa segue o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 628/2024, e está demonstrada no Anexo (...) – Mapa de Formação de Preços e Planilha de Custos e Formação de Preços (DEMO), elaborados com base na convenção coletiva indicada no item 4.8 e assinados pelo responsável pela pesquisa de preços (arts. 10 e 11 do Decreto Municipal nº 628/2024).

9.3 Se o orçamento for sigiloso, o sigilo não prevalece para os órgãos de controle interno e externo, e serão divulgados o detalhamento dos quantitativos e as demais informações necessárias à elaboração das propostas (art. 24, caput e I, da Lei nº 14.133/2021).

O sigilo do orçamento não é admitido quando o critério de julgamento for maior desconto: nesse caso, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ART. 6º, XXIII, "J", DA LEI Nº 14.133/2021

10.1 As despesas correrão à conta da dotação (órgão/unidade, funcional programática, elemento de despesa e fonte), indicada em parecer contábil.

Se houver registro de preços (item 1.6), informar que a dotação será indicada no momento de cada contratação, em parecer contábil.

10.2 A dotação relativa aos exercícios seguintes será indicada após a aprovação da respectiva lei orçamentária, observado o art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 São obrigações do Município: fornecer as informações e o acesso necessários à execução; acompanhar e fiscalizar a execução; comunicar por escrito falhas ou irregularidades; receber o objeto e efetuar o pagamento nos prazos fixados; e fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS.

11.2 São obrigações do contratado: executar os serviços conforme este TR, com pessoal qualificado e em número suficiente; manter preposto; reparar às suas expensas os vícios e defeitos verificados; arcar com tributos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; manter durante toda a execução as condições de habilitação; responder pelos danos causados ao Município ou a terceiros; observar as normas de segurança e saúde do trabalho; e apresentar, quando solicitado, a documentação prevista no art. 50 da Lei nº 14.133/2021.

12. SANÇÕES

12.1 O descumprimento das obrigações sujeitará o contratado às sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, na forma do edital e do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(...)

14. IDENTIFICAÇÃO

Jaguariaíva, ____ de _____ de _____.

_____
Responsável pela elaboração do TR
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável pela pesquisa de preços (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável técnico (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência.

_____
Secretário(a) Municipal de _____

ANEXO VII

ORIENTAÇÕES

✓ Texto em cor preta: texto padrão do modelo e opções a escolher.
✓ Texto em fonte vermelha com realce amarelo: campo a preencher ou orientação. Substituir pelo conteúdo da contratação ou apagar antes de enviar.
✓ Opções: manter só a escolhida, marcada com X (ou as pertinentes, se a nota do item permitir mais de uma). Apagar os subitens de opção não escolhida.
✓ Nenhum outro item pode ser suprimido. Se não se aplicar, escrever "Não se aplica" e justificar em uma frase. O texto padrão pode ser adaptado ao objeto, com justificativa nos autos.
✓ Os itens iniciados por "Se bens", "Se serviço" ou "Se serviço contínuo" aplicam-se conforme a natureza do objeto marcada no item 1.1. Os que não se aplicarem ao objeto são mantidos, com a indicação "Não se aplica".
✓ Use sempre a versão vigente publicada no sítio eletrônico oficial do Município. Este documento: Anexo VII – Modelo de TR para dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021), versão 1.1, de __/__/2026.

TERMO DE REFERÊNCIA – TR
Contratação direta – Dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021)

– Bens e serviços

Órgão requisitante	Secretaria Municipal de (...)
Objeto	(...) (objeto resumido, como consta do DOD)

Modelo para contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021), de bens e de serviços comuns, contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra ou não contínuos. A elaboração do ETP, do TR e da análise de riscos é facultativa nessas dispensas (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 93); se o TR for elaborado, usar este modelo. Não usar para: licitação (Anexos III a VI); pequenas compras de pronto pagamento (Decreto Municipal nº 965/2025); as demais hipóteses dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021; obras e serviços de engenharia; serviços com dedicação exclusiva de mão de obra; serviços de tecnologia da informação. Transcrever neste TR os itens essenciais do ETP, quando houver (necessidade, quantitativos, requisitos da contratação, solução e parcelamento), sem mera remissão ao item; o ETP permanece nos autos e não integra o TR como anexo. A transcrição deve reproduzir fielmente o ETP aprovado; havendo divergência entre ETP, TR, edital e contrato, corrigir antes da publicação, sem repetir a mesma cláusula com redações diferentes.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "A", DA LEI Nº 14.133/2021

1.1 Contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor, de: ( ) bens ( ) serviço não contínuo ( ) serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra. Objeto: (...), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Itens e quantidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	CATMAT / CATSER	UNID.	QUANT.	OBSERVAÇÃO
1	(...)				(...)
2					
...					

Na coluna OBSERVAÇÃO, registrar informações complementares do item (p. ex., local de entrega, prazo ou periodicidade). Para serviço contínuo, a unidade de medida e a quantidade referem-se ao período de vigência inicial.

1.3 Enquadramento: dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021: ( ) inciso II (compras e serviços em geral) ( ) inciso I (serviços de manutenção de veículos automotores). Limite vigente na data da contratação: R$ (...) (valores atualizados nos termos do art. 182 da Lei nº 14.133/2021).

Os limites dos incisos I e II são atualizados periodicamente por decreto federal (art. 182 da Lei nº 14.133/2021). Indicar o valor vigente na data da contratação. Em 2026: inciso I, R$ 130.984,20; inciso II, R$ 65.492,11; manutenção de veículos (§ 7º), R$ 10.478,74 (Decreto federal nº 12.807/2025). Obras e serviços de engenharia, ainda que abaixo do limite do inciso I, não usam este modelo.

1.4 Aferição do limite (art. 75, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 92 do Decreto Municipal nº 781/2025):
( ) somatório do que for despendido no exercício financeiro pela unidade gestora com objetos de mesma natureza, isto é, do mesmo ramo de atividade, classificado no desdobramento do elemento de despesa (...): R$ (...), mais o valor desta contratação, de R$ (...), totalizando R$ (...), inferior ao limite do item 1.3;
( ) manutenção de veículos automotores de propriedade da Administração, incluído o fornecimento de peças, até o limite do art. 75, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, hipótese em que não se aplica o somatório do § 1º (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 92, parágrafo único): valor de R$ (...), limite de R$ (...).
Marcar a opção aplicável e juntar aos autos o documento que a comprove (p. ex., relatório de empenhos do elemento de despesa no exercício). A aferição deve considerar todas as contratações do exercício com objetos de mesma natureza, para que o somatório não ultrapasse o limite. Nos contratos que atravessam mais de um exercício, refazer a aferição em cada exercício.
Certificação do somatório, antes da autorização da contratação: (nome, cargo e matrícula do servidor do Departamento de Compras e Licitações e data)

1.5 Prazo de vigência:
( ) bens e serviços não contínuos: vigência de (...), contada da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento hábil (item 1.6), abrangendo o prazo de execução (item 5) e o de pagamento.
( ) serviço contínuo: vigência de (até 5 anos), contada da (...), prorrogável sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja previsão no aviso de dispensa, quando houver, ou no instrumento da contratação, a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos e haja disponibilidade de créditos orçamentários (arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e art. 103 do Decreto Municipal nº 781/2025). Se o prazo inicial for superior a 1 (um) ano, a vantagem econômica da contratação plurianual é a seguinte: (...)
Marcar só uma opção. A vigência plurianual deve ser justificada (art. 106, I, da Lei nº 14.133/2021), no ETP, se elaborado, ou nos autos. A Administração pode extinguir o contrato sem ônus na data de aniversário quando não houver crédito orçamentário ou o contrato deixar de ser vantajoso (art. 106, III, da Lei nº 14.133/2021). Para o enquadramento no limite, considerar a despesa de cada exercício financeiro (art. 75, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021); recomenda-se vigência inicial de até 12 (doze) meses, prorrogável nos termos do art. 103 do Decreto Municipal nº 781/2025, com nova aferição a cada exercício.

1.6 Instrumento da contratação (art. 95, I e II, da Lei nº 14.133/2021): ( ) termo de contrato ( ) outro instrumento hábil, como (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço), que conterá, no que couber, as cláusulas do art. 92 da Lei nº 14.133/2021 (art. 95, § 1º).

1.7 Registro de preços: ( ) NÃO ( ) SIM, justificado por (...) (arts. 86, 90 e 102, § 2º, do Decreto Municipal nº 781/2025). Marcando SIM, aplicam-se também os itens 1.7.1 a 1.7.5. Órgãos ou entidades atendidos: (...). Manifestação jurídica prévia da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos juntada em (data).

1.7.1 Quantidade máxima registrada por item, indicada na coluna QUANT. do item 1.2 (art. 82, I, da Lei nº 14.133/2021), e quantidade mínima a cotar, por unidade de medida: (...) (art. 82, II, da Lei nº 14.133/2021). Preços diferenciados por local de entrega ou execução (art. 82, III, da Lei nº 14.133/2021): ( ) não ( ) sim, por (...).

1.7.2 A seleção será por item ou, se demonstrada a inviabilidade da seleção por item e evidenciada a vantagem técnica e econômica, por grupo de itens, conforme o item 3.2 (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

1.7.3 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração e comprovada a vantajosidade dos preços (art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 88 do Decreto Municipal nº 781/2025). Na prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo registrado, limitado ao quantitativo original acrescido de eventual aditivo do primeiro ano, sem acumulação de saldos entre os períodos, e os limites de adesão serão restabelecidos (art. 88, §§ 1º a 3º, do mesmo decreto). Os contratos decorrentes terão vigência de (...), contada de (...), conforme definido na ata (art. 84, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

1.7.4 Adesão à ata por órgãos não participantes:
( ) Não será admitida, pelo seguinte motivo: (...)
( ) Será admitida, observado o art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei nº 14.133/2021: justificativa da vantagem da adesão, compatibilidade dos preços com o mercado, aceitação prévia do gerenciador e do fornecedor, limite de 50% dos quantitativos registrados por órgão (§ 4º) e, na totalidade, do dobro do quantitativo de cada item (§ 5º). A adesão dependerá, ainda, de manifestação do gerenciador de que não compromete o atendimento dos participantes nem a capacidade de fornecimento do detentor da ata.
Marcar só uma opção. A decisão deve ser coerente em todo o processo (edital, ata e TR).

1.7.5 Intenção de registro de preços: ( ) realizada em (...) ( ) dispensada, por ser o Município o único contratante (art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
As regras de adesão à ata, de intenção de registro de preços e de vigência dos contratos decorrentes foram redigidas para a licitação. Nas dispensas dos incisos I e II, o Decreto Municipal nº 781/2025 admite o registro de preços, inclusive sem outros órgãos participantes (arts. 90 e 102, § 2º, do mesmo decreto), mas não detalha esses pontos. Marcando SIM, juntar manifestação jurídica prévia. Atenção: o art. 82, § 6º, da Lei nº 14.133/2021 prevê o registro de preços na contratação direta para atender a mais de um órgão ou entidade; a adoção para um único órgão deve ser especialmente motivada.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "B", DA LEI Nº 14.133/2021

2.1 A fundamentação da contratação é a seguinte:
Necessidade e resultado esperado: (...)
Quantitativos e memória de cálculo: (...)
Solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: (...)
Parcelamento, lotes ou grupo (motivos): (...)
Transcrever do ETP, se houver (itens 1, 4, 7 e 8), sem mera remissão ao item e apenas o que não for sigiloso (art. 6º, XXIII, "b", parte final, da Lei nº 14.133/2021). O ETP permanece nos autos e não integra este TR como anexo. Se o ETP não foi elaborado, preencher diretamente.

2.2 Plano de Contratações Anual: ( ) a contratação está prevista no PCA de (ano), item nº (...), e alinhada ao PPA e às leis orçamentárias do Município ( ) a contratação não está prevista no PCA; justificativa: (...)

2.3 O Documento de Oficialização de Demanda (DOD) foi juntado aos autos em (data) (art. 72, I, da Lei nº 14.133/2021).

2.4 Análise de riscos: ( ) elaborada e juntada aos autos ( ) não elaborada, por ser facultativa nas dispensas do art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021 (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 93).

2.5 Se serviço – os serviços correspondem a atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, não inseridas nas atribuições de cargos efetivos do quadro do Município, observado o art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ART. 6º, XXIII, "C", DA LEI Nº 14.133/2021

3.1 Descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto: conforme o item 2.1.

3.2 Forma de seleção do fornecedor: ( ) por item ( ) por lote/grupo ( ) global. Justificativa do parcelamento: conforme o item 2.1.
Parcelar quando técnica e economicamente viável (art. 40, V, "b", e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021). Para serviços, considerar a responsabilidade técnica, o custo de administrar vários contratos e a economia de escala (art. 47 da Lei nº 14.133/2021). Lotes e contratação global exigem justificativa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "D", DA LEI Nº 14.133/2021

Transcrição dos requisitos da contratação do ETP (item 3): (...)
Se o ETP foi dispensado, descrever diretamente os requisitos. Os itens abaixo detalham cada requisito.

Sustentabilidade

4.1 O objeto deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:
( ) Se bens – constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável;
( ) Se bens – embalagem individual adequada, com o menor volume possível e material reciclável;
( ) Se bens – certificação do INMETRO ou de outro organismo, exigida por (norma técnica ou regulamento que a impõe);

( ) Se bens – ausência de substâncias perigosas acima dos limites técnicos (p. ex., eletroeletrônicos);
( ) Se bens – logística reversa pelo fornecedor, nos casos do art. 33 da Lei nº 12.305/2010 (p. ex., pilhas, baterias, lâmpadas, pneus, eletroeletrônicos);
( ) Se serviço – (indicar os pertinentes ao serviço, p. ex., destinação adequada de resíduos, economia de água e energia);
( ) não há critério específico além da legislação aplicável, conforme justificativa (...).
Marcar só o que for pertinente ao objeto, conforme o ETP, quando houver, e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (edição indicada no ETP, item 3.3). Exigências impertinentes restringem a competição (art. 9º, I, da Lei nº 14.133/2021).

Se bens – garantia e validade – art. 40, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021

4.2 Garantia do produto: ( ) legal ( ) do fabricante ou do fornecedor, de (...) meses, contada do recebimento definitivo, abrangendo a substituição sem ônus de unidades com vício ou defeito.
4.3 Validade mínima na entrega: ( ) não se aplica ( ) (...) da validade total do produto.
4.4 Assistência técnica: ( ) não se aplica ( ) (local, prazo de atendimento e condições)

Se bens – amostra, ficha técnica, laudos e declarações

4.5 Amostra: ( ) NÃO será exigida ( ) SERÁ exigida do fornecedor com a proposta mais vantajosa, para os itens (...), no prazo de (...) dias úteis, no local (...). Justificativa da necessidade (art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021): (...)
4.6 Critérios objetivos de análise da amostra: (...). A análise será feita por (servidor ou comissão) (arts. 17, § 3º, e 41, II, da Lei nº 14.133/2021).
4.7 Ficha técnica, laudos ou certificados exigidos: ( ) NÃO ( ) SIM: (...). Justificativa da exigência (norma técnica ou regulamento que a impõe): (...)
Especificações que constem de ficha anexa devem integrar o processo e o aviso de dispensa, quando houver. Combinar com o responsável pela contratação o procedimento e o prazo da amostra.

Se serviço – vistoria, materiais e transição

4.8 Vistoria prévia: ( ) Não se aplica ( ) Facultativa ( ) Exigida a declaração de que o fornecedor conhece o local e as condições de execução, sob pena de inabilitação, por ser imprescindível ao conhecimento pleno do objeto (art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021): (justificativa). Havendo vistoria, ela poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do fornecedor (art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), e serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados (art. 63, § 4º, da Lei nº 14.133/2021). Agendamento: (contato e horários)
4.9 Materiais, equipamentos e uniformes a serem fornecidos pelo contratado: ( ) Não se aplica ( ) Conforme relação do Anexo (...).
4.10 Transição contratual: ao final do contrato, o contratado deverá (p. ex., repassar informações, documentos, chaves, senhas e rotinas ao novo prestador ou ao Município, no prazo de ...; selecionar o que couber ao objeto).
Os itens 4.8 a 4.10 aplicam-se a serviços; a transição contratual (item 4.10) interessa ao serviço contínuo.

Subcontratação e garantia contratual

4.11 Subcontratação: ( ) Não é admitida ( ) Admitida para as parcelas (...), até o limite de (...)% do valor, mantida a responsabilidade integral do contratado (art. 122 da Lei nº 14.133/2021). Em qualquer caso, é vedada a subcontratação nas hipóteses do art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
4.12 Garantia contratual (arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021): ( ) não será exigida ( ) será exigida no percentual de (...)% do valor contratado, na modalidade escolhida pelo contratado: caução, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização (art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), com previsão no aviso de dispensa, quando houver, e no instrumento da contratação. Justificativa da exigência e, se o percentual for superior a 5%, da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021): (...)
Até 5% do valor do contrato; até 10% com justificativa da complexidade técnica e dos riscos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ART. 6º, XXIII, "E", DA LEI Nº 14.133/2021

5.1 Local e horário de entrega ou de execução: Secretaria/Setor (...), endereço (...), dias e horários (...), servidor responsável pelo recebimento (...)
5.2 Prazo: se bens, entrega em até (...) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou nota de empenho, encaminhada ao e-mail indicado pelo contratado; se serviço, início da execução em até (...) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço, e conclusão em até (...) dias úteis.
5.3 Não sendo possível cumprir o prazo, o contratado comunicará as razões com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvados caso fortuito e força maior.
5.4 Se bens – as embalagens deverão conter identificação, procedência, marca, data de fabricação, prazo de validade, quantidade e número do lote, e, para cada solicitação, os produtos entregues deverão corresponder ao mesmo lote de fabricação e ao mesmo prazo de validade.
5.5 Se serviço – forma de execução: (descrever as rotinas, a periodicidade, a frequência e a metodologia; para serviços sob demanda, como será emitida cada ordem de serviço)
5.6 Se serviço contínuo – os serviços serão prestados de forma contínua durante a vigência, conforme as rotinas descritas, cabendo ao contratado comunicar previamente qualquer interrupção.
5.7 Se serviço – o contratado designará formalmente preposto, aceito pelo Município, para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei nº 14.133/2021).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – ART. 6º, XXIII, "F", DA LEI Nº 14.133/2021

6.1 O instrumento da contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 781/2025, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila (art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).
6.3 As comunicações entre o Município e o contratado serão feitas por escrito sempre que o ato exigir, admitido o uso de mensagem eletrônica.
6.4 A execução será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências e determinarão o necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
6.5 O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, as situações que demandem decisão fora de sua competência, as ocorrências que possam inviabilizar a execução nos prazos e, no serviço contínuo, o término da vigência, com vistas à prorrogação tempestiva, se for o caso.
6.6 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação exigidas do contratado e acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, os apostilamentos e os termos aditivos.
6.7 O gestor coordenará o histórico de gerenciamento do instrumento, emitirá documento de avaliação do desempenho do contratado e tomará as providências para instauração de processo de responsabilização, quando cabível (art. 158 da Lei nº 14.133/2021).
6.8 O gestor elaborará relatório final sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação.
6.9 Agentes indicados para a gestão e fiscalização, a serem designados por ato próprio:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Gestor		
Fiscal		
Fiscal substituto		

7. RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ART. 6º, XXIII, "G", DA LEI Nº 14.133/2021

Do recebimento

7.1 Se bens – os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, com a nota fiscal, pelo responsável pela fiscalização, para posterior verificação da conformidade com as especificações deste TR e da proposta (art. 140, II, "a", da Lei nº 14.133/2021), e definitivamente em até (...) dias úteis contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, II, "b", e § 3º, da Lei nº 14.133/2021).
7.2 Se bens – os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos em até 5 (cinco) dias úteis da notificação, às custas do contratado, sem prejuízo das penalidades.
7.3 Se serviço – o objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021), em até (...) dias úteis da comunicação de conclusão do serviço ou da medição mensal, e definitivamente por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, I, "b", da Lei nº 14.133/2021), em até (...) dias úteis do recebimento provisório.
7.4 Se serviço – o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (art. 119 da Lei nº 14.133/2021).
7.5 Havendo controvérsia sobre a execução quanto a dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com pagamento da parcela incontroversa. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade e segurança dos bens ou pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução (art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

Da medição (se serviço)

7.6 Se serviço – os serviços serão medidos (mensalmente, no serviço contínuo / por serviço concluído, no serviço não contínuo), com base (nas rotinas ou visitas efetivamente realizadas / nas ordens de serviço executadas / nas quantidades efetivamente realizadas). Serviços não executados, executados em desacordo com o TR ou abaixo dos níveis exigidos serão glosados, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Da liquidação e do pagamento

7.7 A liquidação ocorrerá em até (...) dias úteis contados do recebimento definitivo e da apresentação da nota fiscal, e o pagamento em até (...) dias úteis contados da liquidação, observada a ordem cronológica de pagamentos (art. 141 da Lei nº 14.133/2021).
Informe prazos que, somados, deixem claro o prazo máximo total entre a entrega ou a execução e o pagamento.
7.8 A nota fiscal deverá conter número do empenho, dados bancários, data de emissão, dados do instrumento da contratação e do órgão, período de execução, valor a pagar e destaque das retenções tributárias cabíveis. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo ficará suspenso até a regularização, sem ônus ao Município.
7.9 Antes do pagamento será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021). Constatada irregularidade, o contratado será notificado para regularizá-la no prazo fixado, sob pena das sanções cabíveis e da extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021).
7.10 Forma de pagamento: ( ) ordem bancária, na conta indicada pelo contratado, considerando-se como data de pagamento a de emissão da ordem bancária ( ) cartão de pagamento, cujo extrato será divulgado e mantido à disposição do público no PNCP (art. 75, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).
7.11 Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do Município, o valor será atualizado monetariamente pelo índice (...), pro rata die, entre a data do adimplemento e a do efetivo pagamento (art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021).
7.12 Será feita a retenção tributária prevista na legislação. O contratado optante pelo Simples Nacional deverá comprovar essa condição para não sofrer as retenções abrangidas pelo regime da Lei Complementar nº 123/2006.
7.13 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do instrumento da contratação.

Do reajuste e da revisão

7.14 Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado (data-base: __/__/____). Após esse prazo:
( ) bens e serviços não contínuos: poderão ser reajustados em sentido estrito pelo índice (...), mediante apostila (art. 25, § 7º, e art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021);
( ) serviço contínuo sem predominância de mão de obra: poderão ser reajustados em sentido estrito pelo índice (...), mediante apostila (art. 25, § 8º, I, e art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 19 do Decreto Municipal nº 781/2025);
( ) serviço contínuo com predominância de mão de obra: os preços serão repactuados, a pedido do contratado, mediante demonstração analítica da variação dos custos em planilha, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado: I – da data da convenção, acordo ou dissídio coletivo a que a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra; II – da data da apresentação da proposta, para os demais custos decorrentes do mercado (art. 25, § 8º, II, e art. 135 da Lei nº 14.133/2021), com formalização por apostila (art. 136, I, e art. 19 do Decreto Municipal nº 781/2025).
Marcar só uma opção, conforme a classificação do ETP, item 3.7, se houver.
7.15 A revisão de preços para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro observará o art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021, com resposta do Município em até (...) dias úteis (art. 92, XI, da Lei nº 14.133/2021). Na repactuação, o Município responderá ao pedido em até (...) (preferencialmente 1 (um) mês – art. 92, X e § 6º, da Lei nº 14.133/2021).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ART. 6º, XXIII, "H", DA LEI Nº 14.133/2021

8.1 O fornecedor será selecionado por contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, I ou II, da Lei nº 14.133/2021, conforme o item 1.3), devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa (art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), de (menor preço / maior desconto), atendidas as exigências deste TR.

Aviso de dispensa e propostas adicionais

8.2 Divulgação do aviso de dispensa:
( ) Será divulgado aviso de dispensa em diário oficial e no sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido, a quantidade, os documentos de habilitação e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados (art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 95 do Decreto Municipal nº 781/2025).
( ) Aviso dispensado, nos termos do art. 97 do Decreto Municipal nº 781/2025, por o valor não extrapolar o limite do art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. Motivação: (...) (art. 95, parágrafo único, do Decreto).
( ) Dispensa eletrônica, realizada em (sistema ou plataforma), obrigatória quando o recurso for oriundo de transferência voluntária da União (art. 100 do Decreto Municipal nº 781/2025 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, ou norma federal que a substitua). Origem do recurso: (...). Nesse caso, o aviso, o prazo para propostas, a disputa e a divulgação do resultado seguem a norma federal e o regulamento do sistema, que prevalecem sobre os itens 8.3 e 8.4 naquilo que divergirem.
Marcar só uma opção. A divulgação do aviso é a regra preferencial; a dispensa do aviso deve ser motivada nos autos (Decreto Municipal nº 781/2025, art. 95, parágrafo único). A pequena compra de entrega imediata e integral, ou o serviço de pronto pagamento, até o limite do art. 95, § 2º, da Lei, pode seguir o Decreto Municipal nº 965/2025, que não é objeto deste modelo. Se o recurso for de transferência voluntária da União, marcar a dispensa eletrônica, e conferir no convênio ou contrato de repasse se há exigência adicional; a norma federal vigente deve ser verificada no momento da contratação.
8.3 As propostas adicionais poderão ser recebidas até as 23:59 do 3º dia útil de publicidade, por meio digital, no endereço de e-mail ou sítio eletrônico oficial (...) (art. 96 do Decreto Municipal nº 781/2025). O resultado será divulgado a partir do 4º dia útil contado da divulgação do aviso (art. 96, § 1º, do Decreto Municipal nº 781/2025).
8.4 Durante o prazo de publicidade, os interessados poderão apresentar impugnação, recebida em petição (art. 97, § 2º, do Decreto Municipal nº 781/2025). Cabe recurso nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, com prazo aberto após a divulgação do resultado (art. 98 do Decreto).

Tratamento diferenciado a ME/EPP

8.5 A contratação será feita preferencialmente de ME/EPP (art. 102 do Decreto Municipal nº 781/2025 e art. 5º, III, da Lei Municipal nº 3.042/2025), aplicando-se, no que couber, o art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.
8.5.1 Exceção (marcar somente se for o caso): a contratação não será feita de ME/EPP, por (art. 5º, I e II, da Lei Municipal nº 3.042/2025, aplicável no que couber):
( ) menos de 3 (três) fornecedores ME/EPP competitivos sediados local ou regionalmente, conforme (ETP, item 5.4, ou verificação nos autos) – quantidade identificada: (...); fonte e data da verificação: (...); motivação: (...) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, I);
( ) tratamento diferenciado não vantajoso para a Administração ou prejudicial ao conjunto do objeto, conforme (justificativa) (Lei Municipal nº 3.042/2025, art. 5º, II).
8.5.2 Prioridade a ME/EPP sediadas local ou regionalmente (facultativa): ( ) não, pelo seguinte motivo: (...) ( ) sim, justificada em (...) (art. 102, § 1º, do Decreto Municipal nº 781/2025).
8.5.3 Os benefícios deste item não se aplicam quando superados os limites dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021; nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, considera-se o valor anual do contrato (art. 4º, § 3º, da mesma Lei).
A exceção à exclusividade ou à cota e o afastamento da prioridade local ou regional exigem motivação concreta nos autos; a simples marcação da opção não basta.

Habilitação

8.6 Habilitação (arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021):
( ) Serão exigidos os documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, conforme o aviso de dispensa ou o padrão do Departamento de Compras e Licitações.
( ) Habilitação dispensada, total ou parcialmente, nos termos do art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021 (entrega imediata ou valor inferior a 1/4 do limite de dispensa para compras em geral) ou do art. 97 do Decreto Municipal nº 781/2025. Documentos dispensados: (...). Motivação: (...). Em qualquer caso, será exigida a prova de regularidade perante a seguridade social (art. 195, § 3º, da Constituição Federal).
Marcar só uma opção. Mesmo dispensada a habilitação, juntar aos autos a consulta à situação cadastral do contratado e aos cadastros de sanções (p. ex., CNPJ, CEIS e CNEP).
8.7 Qualificação técnica:
( ) Não será exigida, por se tratar de objeto comum de baixa complexidade.
( ) Será exigido atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de bens ou a execução de serviços compatíveis com o objeto, limitado às parcelas de maior relevância (valor individual igual ou superior a 4% do total estimado) e a quantitativos mínimos de até 50% dessas parcelas, vedadas limitações de tempo e de locais específicos (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021). Justificativa: (...)
8.8 Será exigida declaração do contratado, subscrita por seu representante legal, incluindo a declaração de que a proposta compreende integralmente os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

Razão da escolha, justificativa de preço, parecer jurídico e autorização

8.9 Serão juntadas aos autos a razão da escolha do contratado e a justificativa de preço (art. 72, VI e VII, da Lei nº 14.133/2021): (indicar o critério da escolha e a demonstração de que o preço é compatível com o mercado, conforme o item 9)
8.10 Parecer jurídico: ( ) será emitido, no controle prévio de legalidade da contratação direta (art. 53, § 4º, e art. 72, III, da Lei nº 14.133/2021) ( ) dispensado, nos termos do art. 97 do Decreto Municipal nº 781/2025 ou de ato da autoridade jurídica máxima (art. 53, § 5º, da Lei nº 14.133/2021): (fundamento). Havendo dúvida sobre a legalidade da dispensa, o procedimento deve passar por análise jurídica (art. 97, § 1º, do Decreto).
8.11 A autorização da contratação direta compete ao Prefeito Municipal, admitida a delegação a Secretários Municipais (art. 101 do Decreto Municipal nº 781/2025). O ato que a autoriza e o extrato do contrato, ou seu substituto, serão divulgados no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em até 10 (dez) dias úteis da data de assinatura, sendo a divulgação no PNCP condição de eficácia do contrato (arts. 72, parágrafo único, e 94, II, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 14 e 99 do Decreto Municipal nº 781/2025).

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, XXIII, "I", DA LEI Nº 14.133/2021

9.1 Valor estimado da contratação: R$ (...) (por extenso), inferior ao limite do item 1.3, conforme a aferição do item 1.4.
9.2 A pesquisa de preços segue o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o art. 94 do Decreto Municipal nº 781/2025 e o Decreto Municipal nº 628/2024, e está demonstrada no Anexo (...) – Mapa de Formação de Preços, assinado pelo responsável pela pesquisa de preços (art. 10 do Decreto Municipal nº 628/2024). A estimativa pode ser realizada concomitantemente à seleção da proposta mais vantajosa (art. 94, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 781/2025). O Mapa indica as fontes consultadas e a justificativa da escolha dos fornecedores consultados.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ART. 6º, XXIII, "J", DA LEI Nº 14.133/2021

10.1 As despesas correrão à conta da dotação (órgão/unidade, funcional programática, elemento de despesa e fonte) (...), indicada em parecer contábil, que demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art. 72, IV, da Lei nº 14.133/2021).
Se houver registro de preços (item 1.7), informar que a dotação será indicada no momento de cada contratação, em parecer contábil.
10.2 A dotação relativa aos exercícios seguintes, se houver, será indicada após a aprovação da respectiva lei orçamentária, observado o art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 São obrigações do Município: fornecer as informações e o acesso necessários à execução; receber o objeto nos termos deste TR; verificar a conformidade dos bens ou dos serviços; comunicar por escrito falhas ou irregularidades; acompanhar e fiscalizar a execução; efetuar o pagamento nos prazos fixados.
11.2 São obrigações do contratado: entregar os bens ou executar os serviços conforme este TR, a proposta, o prazo e o local; manter preposto, se serviço; reparar ou substituir, às suas custas, o objeto com vício ou defeito; arcar com frete, tributos e encargos; manter durante toda a execução as condições de habilitação exigidas; responder pelos danos causados ao Município ou a terceiros; comunicar previamente qualquer impedimento à entrega ou à execução; se serviço, observar as normas de segurança e saúde do trabalho.

12. SANÇÕES

12.1 O descumprimento das obrigações sujeitará o contratado às sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, na forma do aviso de dispensa, quando houver, e do instrumento da contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(...)

14. IDENTIFICAÇÃO

Jaguariaíva, ____ de _____ de _____.

_____
Responsável pela elaboração do TR
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável pela pesquisa de preços (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

_____
Responsável técnico (quando couber)
Nome, cargo e matrícula

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência.

_____
Secretário(a) Municipal de _____

DECRETO n.º 795/2026

Súmula: Dispõe sobre alteração do quadro de membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar C.A.E para o período 2025/2029.

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, incisos X, XI, XXIV e XXVI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n.º 2147/2010, Resolução CD/FNDE n.º 38 de 06/07/2009 e artigo 34 da Resolução CD/FNDE n.º 26 de 17/06/2013 e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 13589/2026,

DECRETA

Artigo 1º. Fica instituído para o período 2025/2029, o **CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR C.A.E**, o qual será composto pelos seguintes membros:

I. Como representante de Pais de Alunos:

a) Titular **MARIA JULIA DIAS DOS SANTOS,** brasileira, servidora

pública municipal com cargo em provimento efetivo de Documentador Escolar, portadora do Registro Geral - CPF sob n.º XXX.XXX.969-21;

b) Titular: **RENATA FERREIRA DE ARAÚJO PEREIRA,** brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Professor, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.879-7 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.079-57;

c) Suplente: **PAULA CAROLINE DA SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.606-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.369-02;

d) Suplente: **FABIANA DA SILVA DOS SANTOS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.126-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.089-09.

II. Como Representante da Sociedade Civil:

a) JULIANO SANTOS, brasileiro, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Diretor do Departamento Gráfico, portador do Registro Geral - CPF sob n.º XXX.XXX.659-32;

b) Titular: **ELIZETE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.549-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.369-49;

c) Suplente: **ACIR ANTONIO DOS SANTOS**, brasileiro, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão de Transporte Rural, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.168-0 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.149-20;

d) Suplente: **ROSANE RESENDE DE OLIVEIRA PINTO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.856-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.089-20.

III. Representantes do Poder Executivo:

a) Titular: **AILTON LEAL GARÇA,** brasileiro, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão de Segurança do Trabalho, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.724 II/PA e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.642-15;

b) Suplente: **AMANDA WEIGERT TORRES DE SOUZA,** brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.651-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.289-80.

IV. Como representante das Entidades Docentes, Discentes ou Trabalhadores na área da Educação:

a) Titular: **MARIA DE LOURDES DE LIMA MIRANDA**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Educador Infantil, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.474-4 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.989-53;

b) Suplente: **DILTON THIAGO VIEIRA DE SOUZA**, brasileiro, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Professor, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.804-02 II/PR e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.159-02;

c) Titular: **CASSIA CRISTINA DE ANDRADE**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Educador Infantil, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.023-9 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.279-80;

d) Suplente: **SANDRA REGINA NASCIMENTO,** brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Educador Infantil, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.782-0 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.638-66.

Artigo 2º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º. da Lei Municipal n.º 2155/2010).

Artigo 3º. Fica Revogado o Decreto n.º 1004/2025.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal

MARCILIO ARAUJO MOTTA JUNIOR
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

HERCÍLIA TEIXEIRA DE MELLO
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

SENJUR

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 12808/2026. TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JAGUARIAIVA E O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES JAGUARIAIVA/PR, PARA A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES MÉDICAS PERIODICAS DE APOSENTADORIAS POR INCAPACIDADE PERMANENTE. Vigência: 60 MESES. ASSINATURA: 15 DE OUTUBRO de 2026.

SEFIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2026
CREDENCIAMENTO

OBJETO: Credenciamento de restaurantes para o fornecimento de refeição pronta (marmitex) aos servidores da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Logística e Agropecuária – SEMIL que prestam serviço na área rural do município.

O recebimento dos documentos de habilitação terá início no dia **03 de novembro de 2026, às 08h00min**, e permanecerá aberto, sem data final, enquanto vigente o Edital, cuja validade é de 12 (doze) meses, contados da publicação. **A documentação solicitada no edital deverá ser encaminhada, em envelope fechado dirigido à Comissão de Contratação, através do Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, sito à Praça Izabel Branco e Silva nº 142, Cidade Alta, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.** A íntegra do Edital contendo todas as informações do credenciamento estará disponível no sítio eletrônico oficial do Município e poderá ser solicitada através do e-mail: comprasjag@gmail.com. Maiores informações no Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, telefone (43) 3535-9405, no horário de 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Jaguariaíva, 29 de outubro de 2026.

JOSE SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

SEMEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

RESULTADO DA ETAPA DE PRÉ-SELETIVA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 E CONVOCAÇÃO PARA 1º SHOW DE TALENTOS DE JAGUARIAÍVA - PNAB

I – DO RESULTADO DA ETAPA DE PRÉ-SELETIVA. O Município de Jaguariaíva, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna público o resultado da etapa de pré-seleção, realizada em conformidade com os critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 03/2026 – PNAB – Jaguariaíva, referente ao 1º Show de Talentos de Jaguariaíva.

EDITAL Nº 03/2026 – CATEGORIA INFANTIL

PARTICIPANTES	NOME ARTÍSTICO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Daniel de Oliveira F. Messa	Daniel de Oliveira	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Daniel Pires dos Santos (Danilo Pires dos Santos)	Daniel dos Santos	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 27 de outubro de 2026
Davi Miranda do Nascimento	Davi Miranda	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Heitor Martins Canizella Pereira (Harisson Luiz Pires Pereira)	Heitor Canizella	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Isabela do Nascimento Cherner	Isabela Cherner	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Izabela Moreira Branco (Zenira Moreira Branco)	Izabela Moreira Branco	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Kenia Gisele Ribeiro	Kenia	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Maria Cecilia dos Santos Oliveira	Maria Cecilia dos Santos Oliveira	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Maria Clara Ferreira	Maria Clara Ferreira	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Rebeca Guimarães	Rebeca Guimarães	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Maria Alice Vloet das Neves	Maria Alice	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos

EDITAL Nº 03/2026 – CATEGORIA SERTANEJO

PARTICIPANTES	NOME ARTÍSTICO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Adriano de Jesus Pereira dos Santos, Renan Rafael Rodrigues	Rennan e Adriano	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Adilson Inocêncio Lopes, Eduardo de Oliveira Prestes	Breno Lopes e Gabriel	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Agnaldo Pais de Camargo	Agnaldo Camargo	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Jéssica de Oliveira Lima Camargo	Jéssica Lima	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
José Geremias Ferreira, Vitor José Ferreira	Zé Alan e Vitinho	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Lázaro dos Santos, Erondi dos Santos	Lázaro e Erondi	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Leticia Miranda, Albari Furtuoso	Leticia e Ruan	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Luana Alves Izidoro	Luana Izidoro	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Noel Pacifico de Oliveira e Luiz Carlos Furquim	Noel Pacifico de Oliveira e Luiz Carlos Furquim	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Ana Paula Lopes dos Santos	Paulla Lopes	CLASSIFICADO	Classificado dentro das vagas disponíveis
Luana Aparecida Dias dos Santos	Luana Aparecida Dias dos Santos	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos

EDITAL Nº 03/2026 – CATEGORIA POPULAR LIVRE

PARTICIPANTES	NOME ARTÍSTICO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Agenilson do Prado	Age Prado	DESCLASSIFICADO	Ausente na pré-seletiva
Ailton Leal Garça	Ailton Pará	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Allex de Paula Pietrobelli, Misael Leite	PGD	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Altieris Fabiano Crivoi	Alti Crivoi	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos
Bruna Mayara Luck Baumayer	Bruna Luck	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Danilo dos Santos Batista	Danilo	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos
Deyse Cecilia Avelino Pietrolli	Deyse Pietrolli	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos
Dionata Soares de Paula	Dionata do Acordeon	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Ederson Inocêncio Guedes	Eder Guedes	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Erose de Almeida Faria Sobrinho, Luiz Henrique Pereira da Silva, Cristiano Miranda	Grupo Nosso Jeito	DESCLASSIFICADO	Ausente na pré-seletiva
Flavia Rodrigues Barbosa	Flávia	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Arthur Dias Rodrigues, Gabriele da Silva Boachak, Lucas Vinicius de Almeida Carneiro, Maria Júlia de Melo da Silva, Pedro Henrique Mayer Castanho	Theotókos	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Andressa F. Silva, Samara F. Silva, Nicole F. de Lima	Andressa, Samara e Nicoly	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Inácio Frizzanco Adão, Gustavo Ryu Kasai, Gustavo de Oliveira Alarcon, Davi Gabriel Benatto	Inácio Frizzanco	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Laís Cristina Vaz dos Santos	Laís Cristina	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos
Luciano Guimarães	Zaylosen	DESCLASSIFICADO	Ausente na pré-seletiva
Maria Leticia Monteiro Pedroso	Maria Leticia	DESCLASSIFICADO	Ausente na pré-seletiva
Natan Soares de Paula	Natan Soares	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos
Patrícia Mendes Batista da Silva	Patrícia Mendes	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos
Regina de Lara Pereira	Regina de Lara Pereira	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos
Samuel Henrique Passos Felix, Pedro Augusto de Araújo	Samuel e Pedro	CADASTRO RESERVA	Na ausência ou impedimento de algum candidato comparecer ao Show de Talentos
Sara Reimam da Silva	Sara Reimam	CLASSIFICADO	Classificado na etapa de pré-seletiva realizada no dia 28 de outubro de 2026
Tania Lucia Rodrigues de Oliveira	Tania Lucia Rodrigues de Oliveira	DESCLASSIFICADO	Ausente na pré-seletiva

II – DOS RECURSOS. Fica estabelecido o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da publicação do resultado da etapa de pré-seleção, para a interposição de recursos, conforme disposto no item 28 do Edital, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento. Os recursos deverão ser apresentados por escrito, devidamente fundamentados e identificados, por uma das seguintes modalidades:

a – Por meio eletrônico: mediante envio para o endereço eletrônico pnab@jaguariaiva.pr.gov.br, até às 23h59min do último dia do prazo recursal;

b – Presencialmente: mediante protocolo junto ao Departamento de Cultura de Jaguariaíva, na Casa da Cultura Prof. Dr. João Batista da Cruz, localizada na Praça Dr. Domingos Cunha, nº 35, Cidade Alta, no horário das 8h30 às 11h30 e das 14h às 17h, em dias úteis, até o encerramento do expediente do último dia do prazo.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo estabelecido, desprovidos de fundamentação ou encaminhados por meios diversos daqueles previstos no Edital.

III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. O presente resultado da etapa de pré-seleção será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguariaíva e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal, cabendo aos interessados acompanhar as publicações oficiais para ciência dos atos, prazos e demais informações pertinentes ao certame.

Jaguariaíva, 29 de outubro de 2026

Comissão Organizadora e Técnica do 1º Show de Talentos de Jaguariaíva
Decreto nº 750, de 25 de setembro de 2026

EM BRANCO
EM BRANCO
EM BRANCO